

Alceu Penteado Navarro, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

Magistrado do TRE ataca presidente do TJ

Desembargador sob suspeita afirma que Ivan Sartori também antecipou pagamentos a servidores e juízes

Fausto Macedo

Alceu Penteado Navarro, desembargador, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, sob suspeita porque recebeu R\$ 640,3 mil de créditos antecipados do Tribunal de Justiça, reagiu após quatro meses de silêncio. "Muitos presidentes receberam, tem presidente lá atrás que recebeu tudo quando saiu. Tudo, é muito comum."

"Ele sugere inspeção em pagamentos da gestão do presidente Ivan Sartori, que o investiga. "Ele também paga a pessoas doentes. Não importa se valor pequeno, o fato é que pagou. Excluiu cinco (magistrados) sem processo. São dois pesos e duas medidas."

Enigmático, manda recado de quem conhece os segredos da maior corte do País. "Sartori disse: 'Ah, são créditos trabalhistas, as pessoas estão saindo e querem receber todos os seus créditos'. Ele fala isso com relação a gente mais graúda. Al ele acha normal. Agora, os outros que tinham muito crédito, como eu, ele acha ruim?"

Navarro não diz quem é a "gente mais graúda". Faz mistério. "Eu não quero citar."

Ele presidiu a Comissão de Orçamento do TJ entre 2008 e 2010, período em que o dinheiro caiu em sua conta.

● **Quem autorizou os pagamentos?**

Foram os presidentes Vallim Bellocchi (2008/2009) e Viana Santos (2010). O desembargador

Fábio Gouvêa assinou, por ordem dos presidentes. A mesma coisa fez o Sartori. Recebi o dinheiro para cobrir despesas com gravíssimos problemas de saúde em minha família. O presidente, como relator de mandados de segurança, sempre deu precedência aos precatórios em razão de moléstia grave do beneficiário, porquanto o direito à vida e à saúde prevalece sobre as disposições outras de ordem constitucional. Muitos presidentes receberam, não foram só o Bellocchi e o Viana. Eu sei de vários presidentes que receberam.

● **O sr. mandou pagar servidores de seu gabinete?**

Não encaminhei tais pedidos, não autorizei. Os de maior valor, referentes à servidora M.R.C., foram em grande parte aprovados pelos desembargadores Boris Kauffmann e Palma Bisson, por motivo de doença grave da mãe dela. O próprio Sartori pagou, em 13 de janeiro de 2012, relativo a dez dias de férias atrasadas. O acórdão (voto de Sartori no escândalo dos contracheques) confirma que não autorizei antecipações de crédito dos servidores, mas omite o pagamento de 13 de janeiro que ele, Sartori, mandou fazer. Há uma omissão. Acho um pouco desagradável o presidente omitir que ele pagou a servidora. Os outros presidentes quando pagam é um horror. Quando ele paga é muito certo.

● **O presidente não aceitou suas explicações?**

São questões de fato e de direito. Ele (presidente) tem que dizer se as doenças justificavam ou não as indenizações. Por que ele (Sartori), que justifica precedência de um precatório

por doença grave do beneficiário, não aceita a justificativa do funcionário que tem câncer? Tenho o direito de receber o mesmo tratamento humanitário que ele dá para os casos de precatórios. Nos acórdãos dos precatórios vai ver que pessoa boa ele é. Com relação a gente mais graúda ele acha normal. Os outros que tinham muito crédito, como eu, ele acha ruim?

● **O presidente excluiu cinco magistrados da inspeção porque as justificativas foram convincentes.**

Dentro desse critério minhas justificativas deveriam ser acolhidas. Porque tem documentação de todos os médicos que cuidam das minhas filhas. Porque deixam alguns (juízes) de fora e incluem outros? Os amigos não precisam justificar? Eu estou tranquilo, o tribunal me deve, o Estado me deve. Se a minha doença em família não merecia aquele dinheiro e me deram a mais do que a minha doença merecia, isso é um problema apenas de moralidade, ou de ética, vamos dizer. Não é criminoso. Improbidade é se loquepletar de dinheiro que o erário não lhe deve. Tem que pagar as administrações posteriores. O próprio Sartori pagou, por motivo de doença. Não importa o valor.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

10 MAI 2012

● O sr. requereu créditos antecipados por escrito?

Não. Os colegas sabiam que eu estava numa grande dificuldade financeira. Os presidentes Bellocchi e Vianna Santos me pagaram. Os meus amigos chegados ficaram preocupados com a minha situação financeira, principalmente na época em que cadastrei minha filha no SUS para ela tomar remédio mais caro. Agora, ele (Sartori), para mostrar que eu não tinha razão, mandou cortar até um eventual extra que recebo. Estou numa situação difícilíssima.

● O sr. se sente injustificado?

Existe uma carga tão forte de omitir coisas. Minha mãe está com 90 anos, é surda. Examinaram pagamentos para viúvas em grande dificuldade financeira, encontraram minha mãe, mulher de juiz também. No acórdão diz que arrumei dinheiro para pagar a mãe. Eu não sabia que ela estava recebendo. Não foi a única que recebeu.

● A investigação contra o sr. tem viés político?

Estou preocupado. Apresento provas, mas o acórdão de 121 páginas não entra nas particularidades mais importantes, não examina minhas justificativas. Fala da minha mãe, dos meus funcionários, mas não fala das doenças deles. Fala que eu recebi quantia fabulosa para comprar remédio. Mas não é só remédio, tem os médicos, tudo.

● Desembargadores do Órgão Especial querem punição ao sr.

Vem o chamado núcleo duro, o que na verdade são as pessoas que têm volúpia muito grande de subir na carreira. Tem um grupo que não se dá por impedido e vai em cima. Um grupo que não me julga, me acusa. Uma frase de um grande juiz diz: "Quando a política entra por uma porta no tribunal, a Justiça sai pela outra." Fazemos Justiça com pessoas que praticam crimes bárbaros. Espero que me deem a mesma chance que dão aos criminosos bárbaros.



Fatura. 'Muitos presidentes receberam; eu sei de vários'

10 MAI 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Novo capítulo na crise do TJSP

A crise do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) ganhou um novo capítulo com a declaração do procurador-geral de Justiça, Márcio Elias Rosa, de instaurar um Procedimento Preparatório de Inquérito Civil para investigar as denúncias de que vultosos pagamentos irregulares foram feitos a magistrados e servidores com base em atos administrativos dos desembargadores Roberto Vallim Bellocchi e Antonio Carlos Vianna Santos, que presidiram a Corte entre 2007 e 2010.

Segundo o procurador, que acaba de assumir o cargo, se as investigações reunirem provas de que houve irregularidades no pagamento de antigos créditos trabalhistas a um grupo de magistrados vinculados à comissão de finanças e à presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo, o Ministério Público (MP) estadual abrirá processo com base na Lei da Improbidade, que prevê penas de devolução do dinheiro, imposição de multa e correção monetária, perda de função pública, cassação de aposentadoria e outras sanções. O MP pretende requerer a quebra do sigilo bancário de Vianna Santos, que assumiu a presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo em 2010 e morreu no exercício do cargo um ano depois.

Com base em denúncias feitas por um pecuarista e ex-prefeito cujo nome não foi divulgado, a promotoria quer investigar se o aumento de patrimônio que Vianna Santos regis-

trou no período em que esteve à frente da Justiça estadual teria decorrido de tráfico de influência e de um esquema de venda de sentenças, no qual sua mulher estaria envolvida. Santos também é acusado de ter tomado várias decisões administrativas em causa própria, especialmente em matéria de salários. Em janeiro de 2010, recebeu salário de R\$ 116,9 mil – valor muito acima do teto constitucional, que é de R\$ 26,7 mil – e mais R\$ 100 mil a título de “verba excepcional”. Em fevereiro, o salário chegou a R\$ 308,4 mil, mais R\$ 291,3 mil “extras”. E, em maio,

O procurador-geral de Justiça se prepara para investigar pagamentos irregulares no Tribunal

ganhou R\$ 229,9 mil, de salário, e R\$ 200 mil, a título de “pagamentos extraordinários”.

A Corregedoria da Justiça estadual já afastou vários magistrados por crimes de responsabilidade e improbidade, mas essas são as acusações mais graves já feitas a um membro da instituição. “Equívocos eventualmente cometidos pelas pessoas não contaminam nem se confundem com a importância política e social do Tribunal de Justiça de São Paulo (...) que é exemplar em tudo”, ressalva o procurador Márcio Elias Rosa.

O Tribunal de Justiça de São Paulo foi, no País, a Corte que mais se opôs à adoção do controle externo. Enfrenta, agora, a maior crise de sua história, pois controle era o que faltava ao Ju-

diciário paulista, como se constata pelas irregularidades que há meses vêm sendo denunciadas, envolvendo membros da cúpula do Tribunal.

Depois de assumir a presidência do Tribunal de Justiça, em janeiro deste ano, o desembargador Ivan Sartori abriu uma sindicância administrativa para apurar as circunstâncias em que foram feitos os pagamentos milionários a desembargadores, juízes e servidores, entre 2007 e 2010, e enviou um relatório de 121 páginas ao Órgão Especial do Tribunal, no qual diz que teria havido um conluio entre os membros da Comissão de Orçamento e os ex-presidentes (Vallim Bellocchi e Vianna Santos), para satisfação dos próprios interesses pecuniários e de pessoas a eles ligadas. Diz ainda, o relatório, que os pagamentos foram deferidos “sem critérios e sem motivação idônea”, violando os princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade e moralidade administrativa, e que os valores depositados “extrapolaram qualquer parâmetro de razoabilidade”. E conclui referindo-se à “formação de uma administração paralela”, que favoreceu “um mesmo rol de privilegiados, em detrimento da esmagadora maioria de funcionários e magistrados”.

Com a decisão do procurador Márcio Elias Rosa de instaurar os procedimentos preparatórios para a abertura de um inquérito civil, o TJSP ficará sujeito a duas investigações – uma interna, de natureza administrativa, determinada pelo desembargador Ivan Sartori. E outra externa, pelo Ministério Público.

10 MAI 2012

O ESTADO DE S. PAULO

FÓRUM DO LEITOR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Os 'pidões'

Ao dizer que "os juízes recebem de R\$ 13 mil a R\$ 14 mil de atrasados, o que dobra o salário deles" (8/5, A8), o desembargador Fábio Gouvêa falta à verdade. Ou, no mínimo, ao generalizar, põe no mesmo balaio dos "pidões" a que se referiu quem nele jamais esteve, cometendo leviandade indigna de um desembargador. Sou juiz vinculado ao mesmo tribunal que ele e não recebo de R\$ 13 mil a R\$ 14 mil de atrasados por mês, nem jamais pedi nada a ninguém. Simples assim.

DANILO MANSANO BARIONI

dmbarioni@hotmail.com

São Paulo

O ESTADO DE S. PAULO

DEMÉTRIO MAGNOLI

10 MAI 2012

Um texto marginal

Basta ver o caráter marginal daqueles que se opõem ferozmente a essas políticas...". A frase, escandida pelo ministro Joaquim Barbosa num aparte casual, contém a chave para a compreensão da decisão unânime do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as políticas raciais. Os juizes da Corte Maior não se preocuparam com a Constituição, mas unicamente com o lugar ocupado pelos defensores e pelos opositores das cotas raciais na cena política nacional. Eles disseram "sim" ao poder, definindo seu próprio lugar no grande esquema das coisas.

Cortes Supremas servem para interpretar o texto constitucional, nos inúmeros casos em que a letra da Lei não oferece resposta explícita. No artigo 5.º, a Constituição afirma que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza". No artigo 19, que "é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si". No artigo 208, que "o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um". A letra da Lei é explícita, cristalina: dispensa interpretação. O STF, simulando interpretá-la, reuniu-se em assembleia constituinte e revogou o princípio da igualdade perante a lei. Os juizes encarregados de zelar pela Constituição qualificaram-na como um texto marginal.

O princípio da igualdade pe-

rante a lei está formulado nas Constituições americana e indiana em termos similares aos da nossa. Nos EUA, desde 1978 a Corte Suprema proferiu decisões cada vez mais contrárias às políticas de preferências raciais. Na Índia, logo após a independência, a Corte Suprema vetou tais políticas e então o Congresso emendou o texto constitucional, descaracterizando o princípio da igualdade dos cidadãos. Por que, em contraste flagrante, os juizes do STF preferiram reescrever a Constituição de forma a inscrever a raça na lei?

No Brasil, a igualdade legal dos cidadãos é um "princípio fraco", introduzido nas Constituições por imitação. O "princípio forte" sempre foi o das relações pessoais, fundamento real dos intercâmbios das elites econômica, política e intelectual. Na lógica do Direito, o princípio da igualdade funciona como fonte dos direitos e garantias individuais. Tal conexão explica a importância atribuída ao "princípio fraco" na Constituição de 1988: o gesto político e jurídico de ruptura com o ciclo da ditadura militar era a promessa de um novo início, isento das máculas do passado. O STF está dizendo que aquele gesto representou um desvio de percurso - e já se esgotou. De certo modo, os juizes têm razão: bem antes da sessão de julgamento das cotas raciais, as principais correntes políticas do País imolaram o princípio da igualdade no altar de seus compromissos com as ONGs racialistas, que são minorias organizadas e influentes.

O conceito de preferências raciais adquiriu estatuto oficial no governo Fernando Henrique Cardoso, por meio do Programa Nacional de Direitos Humanos de 1996. No governo Lula a noção genérica de "discriminação positiva" desde-

brou-se na política de cotas raciais. Dilma Rousseff prometeu, no início de sua campanha presidencial, expandir os programas de cotas para a pós-graduação. José Serra, candidato da oposição, manteve silêncio absoluto sobre as políticas de raça, avalizando tacitamente a orientação do governo Lula. A cooperação objetiva entre os grandes partidos rivais e a continuidade histórica das iniciativas racialistas na transição de um governo para o outro formam o pano de fundo da decisão unânime do STF. Eis a razão por que Joaquim Barbosa, como seus colegas, enxerga na Constituição um texto "marginal".

O estandarte da igualdade legal dos cidadãos condensa a narrativa de uma sociedade contratual formada por indivíduos livres das amarras do sangue e da tradição. A narrativa é a praça histórica comum aos liberais e aos socialistas. Os primeiros ergueram o princípio da igualdade no combate aos privilégios de sangue do Antigo Regime. Os segundos enxergaram nele a ferramenta das lutas pelo voto universal e pela liberdade de associação e de greve. No Brasil, contudo, essa história quase nada significa para os partidos que representam as duas correntes. O STF que aboliu o princípio da igualdade é a Corte Maior de um país onde José Sarney foi declarado um personagem acima da lei, Fernando Collor pontífice numa CPJ sobre a corrupção e Sérgio Cabral protagoniza cenas dignas do Antigo Regime no palco apropriado da Cidade Luz.

Por que os juizes do STF preferiram reescrever a Constituição de forma a inscrever a raça na lei?

CONTINUA

10 MAI 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Na sessão de julgamento do STF, o relator, Ricardo Lewandowski, alvejou sem rodeios o artigo 5.º da Constituição, atribuindo ao princípio da igualdade um sentido meramente "formal". O mesmo relator comandou, em 2009, a rejeição do pedido de instauração de processo contra o ex-ministro Antônio Palocci por violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa. Meses depois, a Caixa Econômica Federal informou em juízo que a violação decorreu de ordem emitida por Palocci. O escárnio do "princípio fraco", da igualdade legal, serve sempre ao desígnio de instaurar o império do "princípio forte", das relações pessoais.

O juiz Marco Aurélio Mello exprimiu a aspiração de generalização das políticas de cotas, como querem as ONGs racialistas. Num país em que, ao contrário dos EUA ou da África do Sul, jamais existiu segregação racial oficial, não há fronteira objetiva separando "brancos" de "negros". A difusão das preferências raciais nos concursos públicos e no mercado de trabalho em geral demanda uma série imensa de atos legais e administrativos de rotulação racial das pessoas. Em nome do combate ao racismo, o Estado deve fabricar raças em escala nacional, disse o STF. No afã de descartar a Constituição, aquele texto marginal, nenhum deles registrou a contradição explosiva entre meios e supostos fins.

●
SOCIOLOGO E DOUTOR EM GEOGRAFIA HUMANA PELA USP. E-MAIL: DEMETRIO.MAGNOLI@UOL.COM.BR

10 MAI 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Cota em universidade para aluno da rede pública é válida, diz STF

Ministros confirmaram recentes decisões que deram aval para sistemas adotados pela UnB e pelo ProUni

Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmaram ontem a validade do sistema de cotas criado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como política afirmativa de acesso à instituição.

Por maioria de votos, os ministros rejeitaram um recurso de um estudante que foi reprovado no vestibular para o curso de administração da UFRGS. O vestibulando alegou que, apesar de ter obtido pontuação superior à de outros candidatos, não conseguiu uma vaga por causa da cota. Segundo ele, concorrentes com notas menores foram aceitos graças à ação afirmativa para egressos de escolas públicas.

A política da UFRGS reserva 30% das vagas em todos os cursos a estudantes oriundos do sistema público, sendo que, deste percentual, metade deve ser garantida a negros que também frequentaram escola pública.

Segundo a instituição, a ação afirmativa é um instrumento de valorização dos princípios democráticos, do respeito às diferenças e das diversidades socioeconômicas e étnico-sociais. Para a entidade, enquanto o acesso ao ensino superior não for universalizado, é preciso equilibrar as chances de acesso por parte de setores marginalizados.

No julgamento, os ministros concluíram que essa política está de acordo com o que o tribunal decidiu há pouco ao dar o aval para o sistema de cotas adotado pela Universidade de Brasília (UnB) e pelo Programa Universidade para Todos (ProUni).

O presidente do STF, Carlos Ayres Britto, disse que a Constituição tem, entre seus princípios, proteger a construção de uma sociedade livre, justa, igualitária, com inclusão social e solidária. "A Constituição partiu de uma constatação histórico-cultural: os negros experimentam uma abissal desigualdade", afirmou. "O fato de não sofrer discriminação já é uma vantagem quantitativa que não há nem como quantificar."



Voto. Sociedade igualitária e justa é dever, diz Britto

10 MAI 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Aumento do Supremo avança entre deputados

Proposta de reajuste foi aprovada em comissão da Câmara; salário fixado para os ministros é de R\$ 32,1 mil mensais e pode gerar efeito cascata

O projeto de aumento salarial dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) avançou ontem na Câmara, com a aprovação da proposta na Comissão de Trabalho. Os deputados analisaram dois projetos enviados pelo STF, em 2010 e em 2011, e fixaram o valor do salário em R\$ 32.147,90, retroativo a 1.º de janeiro deste ano.

Um dos projetos originais previa o salário de R\$ 30.675,48, para vigorar a partir de 1.º de janeiro de 2011, e o outro mais um reajuste de 4,8%. O salário fixado aprovado significa um aumento de 20,29% aos atuais vencimentos de R\$ 26.723,13.

Na carona do aumento do Supremo, o procurador-geral da República também teve a aprovação de projeto reajustando seu salário para o mesmo valor na Comissão do Trabalho. O proje-

● Retroativo

20,29% é

porcentual de aumento dado aos ministros do Supremo Tribunal Federal, ante o salário atual, de R\$ 26.723,13 – o aumento é retroativo a 1º de janeiro deste ano

to de aumento do Supremo vai passar ainda pela comissão de Finanças e pela Comissão de Constituição e Justiça antes de chegar ao plenário.

Os reajustes têm efeito cascata em todos os salários do Judiciário e do Ministério Público. Nos projetos originais enviados à Câmara em 2010, com a previsão de reajuste para R\$ 30.675,48, o então presidente do Supremo Cezar Peluso e o procurador-geral, Roberto Gurgel, informam que o impacto do au-

mento aos cofres públicos seria de R\$ 2,022 milhões, no caso dos ministros do Supremo, de R\$ 446,764 milhões no âmbito do Poder Judiciário da União, e outros R\$ 173,384 milhões referentes ao Ministério Público da União. Os gastos adicionais somam R\$ 622,170 milhões por ano. Os substitutivos aprovados pela comissão não informam o impacto do reajuste de 20,29%.

O governo não impediu a votação do projeto. "Tem orçamento previsto para isso", disse o vice-líder do governo, Luclano Castro (PR-RR). Ele foi o relator e deu parecer favorável ao projeto de reajuste salarial para o Ministério Público. Tanto Castro quanto o relator dos projetos de reajuste salarial do STF, deputado Roberto Santiago (PSD-SP), consideraram defasadas as remunerações. Eles argumentaram que os valores atuais são de janeiro de 2009 (último reajuste salarial).

10 MAI 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Grávida é presa por não pagar pensão

Desempregada e às vésperas do nascimento do segundo filho, jovem de Taubaté foi detida ao se apresentar para explicar atrasos

Uma jovem de 20 anos, grávida de 9 meses, foi presa nesta semana em Taubaté, no Vale do Paraíba, por não pagar pensão a uma filha de 4 anos que vive com o ex-marido. Suellen dos Santos foi detida ao se apresentar na delegacia, depois de ser intimada pela Justiça de Taubaté, em mandado expedido pelo juiz Gustavo de Campos Machado. Na sentença, é apontada uma dívida de R\$ 613,31, referente aos meses de julho/2011 a janeiro/2012.

Desempregada e já sentindo as contrações, Suellen só foi libertada após pagar todos os meses em atraso. "Juntamos o dinheiro que tínhamos de contas, emprestamos do patrão da minha mãe, vizinhos, foi uma loucura", comenta a cunhada Elidamaris Carpinetti da Silva Ferreira.

Suellen, que vive em um quarto simples, só com colchões no chão, divide espaço com a sogra e o atual marido, que está preso por porte ilegal de armas. No espaço, o berço aguarda o menino que deve nascer em uma cesárea marcada para hoje.

Suellen afirma que, no início do processo de separação, há dois anos, pagava a pensão mensalmente. "Nos primeiros meses, dava o que podia, sempre entregava o dinheiro direto para ele, nem fazia recibo. Mas, como estava desempregada, parei de pagar", diz a jovem. "Não imaginava que ele entraria na Justiça. Nunca me neguei a pagar."

A balconista só ficou sabendo do processo movido pelo ex-marido após comparecer ao distrito. No período em que ficou detida, afirma ter sido bem tratada. "Mas foi uma experiência terrível. Você não dever nada para a

Justiça e ficar presa."

Identificado apenas pelo nome de Gabriel, o ex-marido é vigilante de banco e ganhou a guarda da filha depois que Suellen afirmou não ter condições de criar a criança. "Ela nem vê a menina", diz a cunhada.

Vivendo de favor com a sogra e a cunhada, Suellen passou a quarta-feira atendendo a imprensa e ainda não constituiu advogado para defendê-la. Segundo a jovem, a Justiça estipulou uma pensão mensal no valor de R\$ 81.

Outro lado. Segundo informações prestadas pela Justiça de Taubaté, a jovem foi intimada no mês de novembro a se manifestar sobre o pagamento da pensão. Ela teria deixado transcorrer o prazo de manifestação e o ex-marido reiterou o pedido de prisão pela falta de pagamento.

A Justiça afirmou ainda que em nenhum momento recebeu a informação sobre a gravidez de Suellen. Ontem, o caso passou a correr em segredo de Justiça.

● **Vaquinha**
R\$ 884

foi o que a família conseguiu reunir para pagar a dívida e libertar a jovem

10 MAI 2012

O ESTADO DE S. PAULO

STF suspende cobrança de dívida bilionária da Vale

STJ havia atendido ao pedido da União e autorizado a execução imediata da dívida fiscal da Vale

Uma decisão provisória concedida pelo ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu a execução de uma dívida de aproximadamente R\$ 30,6 bilhões da Vale. A mineradora não terá que pagar nada até que o STF julgue o processo que questiona a legalidade da cobrança de Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social do Lucro Líquido (CSLL) sobre os lucros obtidos por empresas controladas ou coligadas no exterior.

A decisão liminar, que será submetida ao plenário, suspende os efeitos do julgamento da semana passada da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Atendendo a um pedido feito pela União, o STJ autorizou a execução imediata da dívida. Por três votos a dois, os ministros consideraram ser importante dar início ao processo de execução fiscal para que depois se discuta, em outra ação, a procedência das alegações da Vale de que não deveria esse valor.

Depois da decisão do STJ, os advogados da mineradora recorreram ontem ao STF com pedido de liminar para que a decisão fosse suspensa enquanto não terminasse o julgamento de um recurso extraordinário (RE) com repercussão geral em que se discute a legalidade da cobrança.

"Ressaltando o caráter preparatório do pleito, a pendência da controvérsia no âmbito do Supremo, muito embora em processos que não envolvem diretamente a autora, tenho como precedente o pedido veiculado", afirmou Marco Aurélio em sua decisão.

● Tributos

R\$ 30,6 bi

é o quanto a Vale diz que está sendo cobrada pelo governo de impostos sobre os lucros apurados desde 1996

Novela. A Vale foi inicialmente ao Judiciário na tentativa de afastar a exigência do pagamento de dois tributos sobre os lucros apurados nos exercícios de 1996 a 2001 e de 2002 em diante, por sociedades controladas e coligadas à mineradora no exterior.

Os pedidos foram julgados improcedentes na primeira instância e no Tribunal Regional Federal (TRF). A empresa protocolou um recurso extraordinário na tentativa de levar o caso ao Supremo.

Em abril, os ministros do STF aplicaram a chamada repercussão geral a um recurso que questiona exatamente a cobrança que está sendo contestada pela Vale. A decisão desse recurso valerá também para todos os casos semelhantes, inclusive o da Vale. Não há previsão de quando esse recurso será julgado.

O recurso pendente de julgamento no STF é de autoria da Cooperativa Agropecuária. Na ação, a entidade questiona a decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) que considerou constitucional a cobrança dos impostos, regra estabelecida por Medida Provisória.

De acordo com a regra, a data do balanço de sua coligada ou controlada no exterior seria considerada como momento da liberação da renda para cobrança do imposto da empresa brasileira, mesmo que não tenha ocorrido nesta data a distribuição dos lucros. A cooperativa argumenta que só pode haver essa tributação depois que houver a distribuição dos lucros para a coligada brasileira. O assunto está em discussão no STF desde 2001.

10 MAI 2012

JORNAL DO ESTADO

Maioria apoia mudança EM ELEIÇÃO DO TJ-PR

Segundo Amapar, quase 80% dos desembargadores defendem abertura da disputa a todos

Os deputados estaduais terão uma grande responsabilidade nos próximos meses: debater e votar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que tem o objetivo de ampliar o universo dos participantes na disputa dos cargos da mesa diretiva do Tribunal de Justiça do Estado. Pela proposta, todos os 120 desembargadores do TJ poderiam concorrer aos cargos da cúpula do Judiciário no Estado. Atualmente, segundo a Constituição do Estado, apenas os 25 magistrados que integram Órgão Especial podem concorrer.

Porém, se por um lado, os parlamentares ainda estão na fase do debate e conhecimento sobre o assunto, por outro, a grande maioria dos desembargadores já tem sua opinião formada: 94 dos 120 – o que dá um total de 78,33% – são favoráveis a aprovação da PEC. Fato que foi comprovado em uma moção de apoio à proposta de emenda enviada à Assembleia e assinada por estes desembargadores.

“Esse inciso é contra a própria Constituição por limitar a possibilidade de outros desembargadores concorrerem a uma eleição da mesa”, afirma o presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), Fernando Swain Ganem.

O dirigente da entidade esteve esta semana na Assembleia expondo o seu ponto de vista. Anteriormente, outros dois juristas de renome – René Dotti e Romeu Felipe Bacellar

Filho – estiveram na Casa opinaram pela inconstitucionalidade da proposta. Eles alegaram que o texto que está sendo proposto seria uma invasão de competência.

Diante disso, Ganem acredita que há outras maneiras de continuar fazendo valer esta mudança, que seria uma democratização do Judiciário. “Podemos modificar o texto para não o tornar inconstitucional ou até excluir o inciso do artigo 99. O que deve ficar claro é que a Constituição Federal constitui a República Federativa do Brasil como um Estado Democrático de Direito, modelo que deve ser seguido em todas as instâncias”, afirma o presidente da Amapar.

Além disso, ele assegura que a norma atual também viola expressamente a Lei Orgânica da Magistratura que, em seu artigo 102, diz que os Tribunais elegerão seus membros dentre os juízes mais antigos. Entretanto, Ganem lembra que o Órgão Especial do TJ não é composto só de membros mais antigos, pois metade dele é formado de membros eleitos, misturando os mais antigos com os mais novos.

Ganem ainda destaca que não somente os desembargadores, como também os magistrados de 1ª instância concordam com a aprovação da PEC. “Somos a favor do amplo debate para que se chegue a aprovação desta emenda, que certamente irá beneficiar o Tribunal de Justiça e, consequente-

mente, o atendimento à população”, finaliza o representante da Amapar.

A PEC – A proposta de Emenda Constitucional foi apresentada pela Comissão Executiva da Assembleia. Além de Ganem, que foi à Assembleia acompanhado do desembargador Jorge de Oliveira Vargas; Dotti e Bacellar Filho se manifestaram a respeito do assunto. Segundo o presidente da Casa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), os juristas estão sendo ouvidos para que os deputados possam chegar a um melhor entendimento. Ainda de acordo com Rossoni, o Parlamento está aberto a novas participações e sua intenção é contar com as presenças de outros especialistas para ampliar o debate.

Regimentalmente, depois que a PEC for formalmente apresentada, será dado um prazo de três dias para a apresentação de emendas e, na sequência, uma comissão especial será formalizada para estudar o assunto com cinco membros. A comissão tem 20 dias para emitir um parecer e então a PEC vai para a ordem do dia, sendo que a 1ª e a 2ª votação devem ter um intervalo de cinco sessões.

JORNAL DO ESTADO

CONTINUAÇÃO



10 MAI 2012



Esse inciso é contra a própria Constituição por limitar a possibilidade de outros desembargadores concorrerem a uma eleição da mesa.

do presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), Fernando Swain Ganem, sobre a limitação de participantes na disputa dos cargos da mesa diretiva do Tribunal de Justiça do Estado. Uma PEC em sentido contrário está para ser votada.



Ganem: mudança democratizaria eleição no Judiciário

JORNAL DO ESTADO

STF

Comissão aprova reajuste para ministros

10 MAI 2012

O projeto de aumento salarial dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) avançou ontem na Câmara com a aprovação da proposta na Comissão do Trabalho. Os deputados analisaram dois projetos enviados pelo Supremo, em 2010 e em 2011, e fixaram o valor do salário em R\$ 32.147,90, retroativo a 1º de janeiro deste ano. Um dos projetos originais previa o salário de R\$ 30.675,48, para vigorar a partir de 1º de janeiro de 2011, e o outro mais um reajuste de 4,8%. O salário fixado aprovado significa um aumento de 20,29% aos atuais vencimentos de R\$ 26.723,13.

Na carona do aumento dos ministros do Supremo, o procurador-geral da República também teve a aprovação de projeto reajustando seu salário para o mesmo valor na Comissão do Trabalho. Os reajustes têm efeito cascata em todos os salários do Judiciário e do Ministério Público.

Nos projetos originais enviados à Câmara em 2010, com a previsão de reajuste para R\$ 30.675,48, o então ministro do Supremo, Cezar Peluso, e o procurador-geral, Roberto Gurgel, informavam que o impacto do aumento aos cofres públicos seria de R\$ 2,022 bilhões, no caso dos ministros do Supremo, de R\$ 446,764 milhões no âmbito do Poder Judiciário da União, e outros R\$ 173,384 milhões referentes ao Ministério Público da União. Os gastos adicionais somam R\$ 622,170 milhões por ano. Os substitutivos aprovados pela comissão não informam o impacto do reajuste de 20,29%.

JORNAL DO ESTADO

FUNCIONALISMO

Governo propõe reajuste de 5,1%

Os servidores públicos estaduais devem ter reajuste de 5,1% relativos à reposição da inflação dos últimos doze meses. O índice oficial foi informado ontem pelo Dieese ao secretário da Administração e Previdência, Luiz Eduardo Sebastião, que deve encaminhar agora a minuta da mensagem do governo à Casa Civil, e em seguida enviar a proposta para votação da Assembleia Legislativa. O índice foi comemorado pelos sindicatos dos servidores, já que o percentual inicialmente proposto pelo governo era de 4,66%.

O economista Cid Cordeiro, do Dieese-PR, que acompanha a negociação, avalia positivamente a resistência dos trabalhadores para que o índice oficial fosse garantido, pois com isso conseguiu-se evitar uma perda considerável, de 0,42%.

Segundo Marlei Carvalho, presidente da APP Sindicato, com a medida fica respeitada a negociação e mais uma vez a categoria e os servidores saem fortalecidos em sua luta. "Agora, vamos acompanhar a tramitação na Assembleia, para que o índice seja aprovado o mais breve possível, e vamos continuar na negociação para ver consolidado o piso e construirmos um índice diferenciado para os funcionários de escola", disse. O Estado tem 151 mil servidores ativos, 72 mil aposentados e 25 mil pensionistas.

10 MAI 2012

Ficha limpa

A nova presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia Antunes da Rocha, estará em Curitiba no próximo dia 18, participando do 3º Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral, que acontece no auditório da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), em Curitiba. Aproximadamente 900 pessoas de vários estados do País são esperadas no evento, que tem na pauta "As Eleições Municipais e a Lei da Ficha Limpa", bem como mais recentes decisões do STF e TSE sobre as regras eleitorais que refletem nas eleições deste ano. A ministra foi uma das mais fervorosas defensoras da Lei da Ficha Limpa e ressaltou em seu discurso de posse a importância da imprensa livre na construção da democracia ao citar a Ficha Limpa.

TRE

No último dia, até 3 horas de espera

Ontem, no último dia para a regularização do título, as filas voltaram à Central de Atendimento do Tribunal Regional Eleitoral de Curitiba. Até o início da noite, a previsão era de que mais de 3 mil eleitores passassem pelo local. A espera por atendimento chegou a três horas. Ao todo foram disponibilizados 78 guichês para dar conta do movimento.

Para os eleitores que estavam na fila até as 18 horas, foram distribuídas senhas. A previsão era de que todos fossem atendidos até por volta das 20h30.

Segundo dados do TRE, cerca de 211 mil títulos foram cancelados por não comparecimento ao recadastramento biométrico, encerrado em janeiro. A previsão é de que 25 mil regularizassem a situação até ontem.

EM BAIXA

A JUSTIÇA EM CURITIBA, NO NORTE DO PARANÁ, determinou o afastamento do prefeito municipal, Marcio da Aparecida Maranhães, com base em ação civil pública proposta pelo Ministério Público por supostos atos de improbidade administrativa. O prefeito é acusado de ter utilizado irregularmente dinheiro do fundo de previdência municipal.

FOLHA DE LONDRINA

J nega pedido de soltura para Bonato

10 MAI 2012

A juíza substituta de segundo grau da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, Lilian Romero, negou pedido de habeas corpus em favor do empresário e amigo do prefeito Barbosa Neto (PDT), Ludovico Bonato, preso em flagrante no dia 24 de abril juntamente com Marco Cito, ex-secretário de Gestão Pública. Os dois estão detidos na unidade dois da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL II) e são suspeitos de tentar corromper, por R\$ 40 mil, o vereador Amaurí Cardoso a votar contra a abertura da Comissão Processante da Centronic.

A juíza rebateu argumentos dos advogados Airvaldo Stela Alves e Maurício Carneiro, como eventual falta de fundamentação para a prisão. Segundo ela, a prisão se fundamenta pela garantia da ordem pública, uma vez que, embora Bonato e Cito sejam réus primários, "teriam revelado extrema audácia abordando o vereador diretamente, evidenciando naturalidade e familiaridade na conduta". Sobre possível nulidade, já que a ordem que converteu a prisão temporária em prisão preventiva, foi expedida por juiz de plantão, Lilian Romero solicitou informações à 3ª Vara Criminal.

Também estão presos acusados de corrupção o chefe de Gabinete de Barbosa, Rogério Ortega, e o diretor da Sercomiel, Alysson Tobias de Carvalho. Até o início da noite de ontem, apesar de receber alta, ele aguardava a transferência do Hospital do Coração para a PEL II. Segundo a assessoria de imprensa do hospital, a saída de Carvalho, que chegou a apresentar quadro de sangramento intestinal, dependia de autorização da Justiça. No mesmo caso também está envolvido o vereador Eloir Valença (PHS), que acabou afastado do cargo.

10 MAI 2012

FOLHA DE LONDRINA

MP pede afastamento de prefeito de Curiúva

O prefeito de Curiúva (Norte Pioneiro) Marcio da Aparecida Mainardes foi afastado do cargo, liminarmente, conforme pedido feito pelo Ministério Público (MP) do Paraná. Mainardes é acusado de ter utilizado irregularmente cerca de R\$ 5 milhões, do Fundo de Previdência municipal. A decisão é do juiz Ítalo Mário Bazzo Júnior, da Vara Cível de Curiúva.

A irregularidade teria ocorrido entre 2005 e 2009, na primeira gestão de Mainardes, quando ele teria realizado "empréstimos" do Fundo cuja utilização não foi comprovada, deixando de atender recomendações do MP. No despacho, o magistrado justifica o afastamento do prefeito, apontando que "até o momento o sr. Marcio da Aparecida Mainardes vem dificultando ao máximo a obtenção e produção de qualquer prova com relação ao presente caso, sempre se prevalecendo da sua condição de prefeito municipal, seja para coagir servidores, seja para ocultar documentos".

Na mesma decisão, o juiz negou o pedido de indisponibilidade de bens do prefeito. Além de Mainardes, são acusados pelo MP o contador e o tesoureiro que atuavam na prefeitura e no Fundo, concomitantemente, duas presidentes anteriores do Fundo e o próprio município de Curiúva. Além do afastamento, a decisão liminar determinou que a administração fixe, em 30 dias, uma taxa de administração para o fundo municipal.

Segundo o MP, o prefeito de Curiúva também é investigado em 16 inquéritos civis e responde a ação civil pública por ter passado um ano inteiro sem prestar contas ao Tribunal de Contas (TC) do Paraná, com valor superior a R\$ 40 milhões. A reportagem não conseguiu falar com Mainardes ontem.

10 MAI 2012

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Audiências trabalhistas

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Paraná realiza hoje e amanhã, em Londrina, audiências de conciliação em processos que estão na fase de admissibilidade de recurso de revista - quando as partes desejam recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília. Londrina será a primeira cidade do interior do Estado a receber a estrutura da vice-presidência do TRT, responsável por essas demandas. As audiências começam às 8h30 no novo Fórum Trabalhista, na Avenida do Café, 600.

■ A implantação da Justiça do Trabalho em Londrina completa amanhã 50 anos e haverá uma solenidade, às 18 horas, no Fórum, para marcar o início das comemorações.

Denúncia sobre compra de votos

Vence no próximo domingo o prazo de cinco dias para que o Ministério Público (MP) do Paraná apresente denúncia à Justiça com base nas investigações realizadas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) sobre o suposto esquema de compra de votos na Câmara de Londrina. Como domingo não há expediente no Judiciário, fica para segunda-feira o prazo final. Segundo o promotor Jorge Fernando Barreto da Costa, até lá, o MP pode solicitar novas diligências.

■ Os indícios de cooptação de vereadores em Londrina, levantados pelo Gaeco, levaram para a cadeia o ex-secretário de Governo Marco Antonio Cito, o chefe do Gabinete da prefeitura, Rogério Lopes Ortega, o diretor de participações da Sercomtel, Alysson Tobias de Carvalho, o empresário e amigo do prefeito Barbosa Neto (PDT), Ludovico Bonato, e o vereador Eloir Valença (PHS). Apenas Eloir conseguiu a revogação da prisão preventiva, porém segue afastado da Câmara.

Auxílio vergonhoso **OPINIÃO DO LEITOR**

Quando achamos que já vimos ou ouvimos sobre todos os descabros dos poderes constituídos de nosso país, aguardem que novo capítulo surgirá para sangrar os cofres públicos. Não há lei que substitua o bom senso. É um absurdo juízes receberem auxílio alimentação. O absurdo maior é ser retroativo a 2007. Que tal ato de nobreza, bondade e equilíbrio se estenda aos servidores de carreira do Poder Executivo, inclusive aos professores, que não recebem de salário mensal o que os nobres juízes receberão de auxílio alimentação. Isso sim é justiça.

SÉRGIO ANDREKOWICZ (professor) - União da Vitória

TRT promove audiências de conciliação

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) realiza em Londrina, entre hoje e amanhã, audiências de conciliação em processos que estão na fase de admissibilidade de recurso de revista - quando as partes desejam recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília. Londrina será a primeira cidade do interior do Paraná a receber a estrutura da Vice-Presidência do TRT-PR, responsável por esse tipo de demanda.

O vice-presidente do TRT-PR, desembargador Allino Pedrozo dos Santos, destacou que o objetivo é descentralizar o atendimento para ampliar o acesso à Justiça, diminuir deslocamentos e reduzir o custo dos processos. A Vice-Presidência possui competência para tentar conciliar demandas a partir da publicação do acordão do TRT até o julgamento definitivo pelo Tribunal Superior do Trabalho. A iniciativa de tentar acordo em processos na fase de admissibilidade de recurso de revista é da atual presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, que recebeu menção honrosa do II Prêmio Conciliar é Legal pelo trabalho.

10 MAI 2012

FOLHA DE LONDRINA

Semana de combate ao abuso e exploração sexual

Desde o ano 2000, o 18 de maio é lembrado como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Em Tibagi (Centro-oriental), uma série de atividades será desenvolvida a partir do dia 14 para alertar sobre o tema, como palestras para professores das redes municipal e estadual e para agentes comunitários de saúde.

"A intenção é destacar a data para mobilizar, sensibilizar, informar e convocar toda a sociedade a participar da luta em defesa dos direitos sexuais de crianças e adolescentes", informa Márcia Silveira Novakosvski, secretária da Criança e Assistência Social. Além da prefeitura, participaram da organização da Semana o Conselho da Criança e Adolescente e colégios estaduais.

No dia 17 de maio será realizada uma mobilização com entrega de panfletos à população e motoristas no Posto da Polícia Rodoviária Estadual de Caetano Mendes. E no dia 18 de maio acontecerão três passeatas. "Nos dias que antecedem a mobilização e a passeata os professores e alunos irão produzir cartazes e faixas para serem utilizadas durante os eventos."

10 MAI 2012

FOLHA DE LONDRINA

MPF entra com ação contra farmácia

Auditoria constatou irregularidades nas aquisições pelo programa Farmácia Popular

Londrina- O Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma ação civil pública de ressarcimento ao erário contra uma farmácia de Londrina depois que o Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus) comprovou a existência de irregularidades nas vendas realizadas pela empresa por meio da Farmácia Popular, programa do governo federal que oferece medicamentos com descontos de até 90% em relação ao preço de mercado.

Segundo o procurador do MPF, Luiz Antônio Ximenes Cibin, entre as irregularidades constam a utilização de Cadastros de Pessoas Físicas (CPF) de pessoas que não estavam realizando as compras. "Foi constatado que várias vendas eram realizadas com CPFs de pessoas que nunca efetuaram compras de medicamentos. Um exemplo foi o de um cliente com CPF do Rio de Janeiro que realizava compras todos os meses em Londrina e isso foge à razoabilidade. Várias vendas foram realizadas sem a assinatura do cliente ou mesmo sem as receitas médicas", relatou o procurador.

Cibin explica que isso possibilitaria que a empresa solicitasse ao governo federal o pagamento de ressarcimento dos medicamentos adquiridos pelo programa. Como muitas vendas seriam supostamente falsas, o pagamento

por essas vendas seria indevido. "A ação civil pública de ressarcimento ao erário que propus está avaliada em R\$ 200 mil até dezembro de 2010, mas há a possibilidade do enquadramento criminal da empresa e dos seus responsáveis por estelionato", destacou.

A reportagem foi até o último endereço da empresa em Londrina, mas foi informada que a firma não existe mais. Ninguém soube informar o contato dos proprietários. Também não conseguiu contato com a defesa dos réus.

Segundo o farmacêutico Jackson Rapkiewicz, responsável pelo centro de informação sobre medicamentos do Conselho Regional de Farmácia do Paraná, caso essas denúncias sejam comprovadas o conselho analisará a postura ética do farmacêutico. "Uma comissão analisará o caso e, se for comprovada (a irregularidade), o responsável pode receber uma multa, suspensão e em último caso a cassação de seu registro de farmacêutico", explicou.

10 MAI 2012

FOLHA DE LONDRINA

Comissão aprova reajuste de salário de ministros do STF

Brasília - O projeto de aumento salarial dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) avançou ontem na Câmara com a aprovação da proposta na Comissão do Trabalho. Os deputados analisaram dois projetos enviados pelo Supremo, em 2010 e em 2011, e fixaram o valor do salário em R\$ 32.147,90, retroativo a 1º de janeiro deste ano. Um dos projetos originais previa o salário de R\$ 30.675,48, para vigorar a partir de 1º de janeiro de 2011, e o outro mais um reajuste de 4,8%. O salário fixado aprovado significa um aumento de 20,29% aos atuais vencimentos de R\$ 26.723,13.

Na carona do aumento dos ministros do Supremo, o procurador-geral da República também teve a aprovação de projeto reajustando seu salário para o mesmo valor na Comissão do Trabalho. Os reajustes têm efeito cascata em todos os salários do Judiciário e do Ministério Público.

Nos projetos originais enviados à Câmara em 2010, com a previsão de reajuste para R\$ 30.675,48, o então ministro do Supremo, Cezar Peluso, e o procurador-geral, Roberto Gurgel, informavam que o impacto do aumento aos cofres públicos seria de R\$ 2,022 milhões, no caso dos ministros do Supremo, de R\$ 446,764 milhões no âmbito do Poder Judiciário da União, e outros R\$ 173,384 milhões referentes ao Ministério Público da União. Os gastos ad-

cionais somam R\$ 622,170 milhões por ano. Os substitutos aprovados pela comissão não informam o impacto do reajuste de 20,29%.

O governo não impediu a votação do projeto. "Tem orçamento previsto para isso", disse o vice-líder do governo, Luciano Castro (PR-RR). Ele foi o relator e deu parecer favorável ao projeto de reajuste salarial para o Ministério Público. Tanto Castro quanto o relator dos projetos de reajuste salarial do Supremo, deputado Roberto Santiago (PSD-SP), consideraram defasada a remuneração dos ministros e dos integrantes do Ministério Público. Eles argumentaram que os valores atuais são de janeiro de 2009, quando houve o último reajuste salarial.

A presidente Dilma Rousseff e o ex-ministro do Supremo Cezar Peluso entraram em conflito no ano passado por causa do aumento salarial dos ministros e dos servidores do Judiciário. A presidente Dilma não quis incluir os recursos no Orçamento Geral da União de 2012 para esse fim.

10 MAI 2012

FOLHA DE LONDRINA

Supremo organiza julgamento do mensalão

Joaquim Barbosa, ministro-relator do processo, prevê pelo menos três semanas para que caso seja julgado

Brasília - O Supremo Tribunal Federal (STF) começou oficialmente a organizar o julgamento do processo do mensalão. Ontem, os ministros decidiram que o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, terá 5 horas para apresentar sua denúncia contra todos os réus. O relator do caso, ministro Joaquim Barbosa, levou ao plenário do Supremo uma questão de ordem em que afirmou que o tribunal precisa estabelecer algumas questões práticas antes que o julgamento aconteça.

Sobre o tempo da chamada "sustentação oral" do procurador-geral, ele afirmou que a ampliação do tempo seria necessária para garantir a paridade de armas entre a acusação e a defesa dos réus. O advogado de cada acusado terá até uma hora, quando o mensalão começar a ser julgado, para defender seu cliente. Se todos usarem o tempo completo, serão 38 horas somente para as sustentações orais dos réus.

No caso do Ministério Público, a legislação e o regimento interno do Supremo dá o mesmo prazo de até uma hora.

Barbosa argumentou que o tempo leva em conta um processo em que existe apenas um réu e que o tempo de exposição de cada uma das partes seria o mesmo. No caso, como são 38 réus, o ministro

do Supremo argumentou que ele precisa de mais tempo para apresentar suas razões.

Sua argumentação foi seguida por praticamente todos os colegas do tribunal. Celso de Mello, por exemplo, disse que se o tempo de uma hora fosse mantido, ele teria menos de dois minutos para tratar de cada um dos acusados. Mesmo com as cinco horas disponíveis, Gurgel terá cerca de oito minutos para tratar de cada um dos acusados do mensalão.

O único contrário foi o ministro Marco Aurélio Mello, para quem a defesa dos réus deveria estar presente para tratar do mesmo assunto. "Para mim, esse é um processo como tantos outros que foram julgados pelo Supremo. A partir do momento em que nos reunimos em sessão plenária para previamente estabelecer, no campo do pragmatismo maior, balizas, colocamos a ele excepcionais que não se coadunam com o Estado Democrático de Direito", disse o ministro.

Os demais, no entanto, entenderam que por se tratar de um processo com tantos réus, com 234 volumes, 495 apensos e mais de 50 mil páginas, cabe ao tribunal organizá-lo antes.

Roberto Gurgel foi questionado pelos integrantes do tribunal se o tempo de cinco ho-

ras seria suficiente. "O Ministério Público entende que esse tempo estaria adequado, mas evidentemente não será suficiente para expor detalhadamente a acusação sobre cada um deles", respondeu.

Barbosa também questionou os ministros se, no dia do julgamento, poderia resumir seu relatório, que já foi divulgado e tem 122 páginas. O julgamento exige que antes das sustentações orais da acusação e da defesa, o relator do caso leia esse relatório, documento que resume os principais fatos do processo, sem ainda emitir juízo de valor.

O ministro afirmou que seu relatório já é amplamente conhecido e que, por conta disso, ele poderia abreviar ainda mais, para cerca de 2 ou 3 páginas, para reduzir o tempo do julgamento. Segundo Joaquim Barbosa, serão necessárias pelo menos três semanas para que o mensalão seja julgado.

DEMETRIO MAGNOLI

Um texto marginal

Basta ver o caráter marginal daqueles que se opõem ferozmente a essas políticas...". A frase, escandida pelo ministro Joaquim Barbosa num aparte casual, contém a chave para a compreensão da decisão unânime do STF sobre as políticas raciais. Os juízes da corte maior não se preocuparam com a Constituição, mas unicamente com o lugar ocupado pelos defensores e pelos opositores das cotas raciais na cena política nacional. Eles disseram "sim" ao poder, definindo seu próprio lugar no grande esquema das coisas.

Cortes supremas servem para interpretar o texto constitucional, nos inúmeros casos em que a letra da Lei não oferece resposta explícita. No artigo 5.º, a Constituição afirma que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza". No artigo 19, que "é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si". No artigo 208, que "o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um". A letra da Lei é explícita, cristalina: dispensa interpretação. O STF, simulando interpretá-la, reuniu-se em assembleia constituinte e revogou o princípio da igualdade perante a lei. Os juízes encarregados de zelar pela Constituição qualificaram-na como um texto marginal.

O princípio da igualdade perante a lei está formulado nas Constituições americana e indiana em termos similares aos

Cortes supremas servem para interpretar o texto constitucional, nos inúmeros casos em que a letra da Lei não oferece resposta explícita

da nossa. Nos EUA, desde 1978, a Corte Suprema proferiu decisões cada vez mais contrárias às políticas de preferências raciais. Na Índia, logo após a independência, a Corte Suprema vetou tais políticas — e então o Congresso emendou o texto constitucional, descaracterizando o princípio da igualdade dos cidadãos. Por que, em contraste flagrante, os juízes do STF preferiram reescrever a Constituição de forma a inscrever a raça na lei?

No Brasil, a igualdade legal dos cidadãos é um "princípio fraco", introduzido nas Constituições por imitação. O "princípio forte" sempre foi o das relações pessoais, fundamento real dos intercâmbios entre as elites econômica, política e intelectual. Na lógica do Direito, o princípio da igualdade funciona como fonte dos direitos e garantias individuais. Tal conexão explica a importância atribuída ao "princípio fraco" na Constituição de 1988: o gesto político e jurídico de ruptura com o ciclo da ditadura militar era a promessa de um novo início, isento das máculas do passado. O STF está dizendo que aquele gesto representou um desvio de percurso — e já se esgotou. De certo modo, os juízes têm razão: bem antes da sessão de julgamento das cotas raciais, as principais correntes políticas do país imolaram o princípio da igualdade no altar de seus compromissos com as ONGs racialistas, que são minorias organizadas e influentes.

O conceito de preferências raciais adquiriu estatuto oficial no governo FHC, por meio do Programa Nacional de Direitos Humanos, de 1996. No governo Lula, a noção genérica de "discriminação positiva" desdobrou-se na política de cotas raciais. Dilma Rousseff prometeu, no início de sua campanha presidencial, expandir os programas de cotas para a pós-graduação. José Serra, candidato da oposição, manteve silêncio absoluto sobre as políticas de raça, avalizando tacitamente a orientação do governo Lula. A cooperação objetiva entre os grandes partidos rivais e a continuidade histórica das iniciativas racialistas na transição de um governo para o outro formam o pano de fundo da decisão unânime do STF. Eis a razão pela qual Joaquim Barbosa, como seus colegas, enxerga na Constituição um texto "marginal".

O estandarte da igualdade legal dos cidadãos condensa a narrativa de uma sociedade contratual formada por indivíduos livres das amarras do sangue e da tradição. A narrativa é a praça histórica comum aos liberais e os socialistas. Os primeiros ergueram o princípio da igualdade no combate aos privilégios de sangue do Antigo Regime. Os segundos en-

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

10 MAI 2012

xergaram neles a ferramenta das lutas pelo voto universal e pelas liberdades de associação e de greve. No Brasil, contudo, essa história quase nada significa para os partidos que representam as duas correntes. O STF que aboliu o princípio da igualdade é a corte maior de um país no qual José Sarney foi declarado um personagem acima da lei, Fernando Collor pontificava numa CPI sobre a corrupção e Sérgio Cabral protagoniza cenas dignas do Antigo Regime no palco apropriado da Cidade Luz.

Na sessão de julgamento do STF, o relator Ricardo Lewandowski alvejou sem rodeios o artigo 5.º da Constituição, atribuindo ao princípio da igualdade um sentido meramente "formal". O mesmo relator comandou, em 2009, a rejeição do pedido de instauração de processo contra o ex-ministro Antonio Palocci por violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa. Meses depois, a Caixa Econômica Federal informou em juízo que a violação decorreu de ordem emitida por Palocci. O escárnio do "princípio fraco", da igualdade legal, serve sempre ao desígnio de instaurar o império do "princípio forte", das relações pessoais.

O juiz Marco Aurélio Mello exprimiu a aspiração de generalização das políticas de cotas, como querem as ONGs racialistas. Num país em que, ao contrário dos EUA ou da África do Sul, jamais existiu segregação racial oficial, não há fronteira objetiva separando "brancos" de "negros". A difusão das preferências raciais nos concursos públicos e no mercado de trabalho em geral demanda uma série imensa de atos legais e administrativos de rotulação racial das pessoas. Em nome do combate ao racismo, o Estado deve fabricar raças em escala nacional, disse o STF. No afã de descartar a Constituição, aquele texto marginal, nenhum deles registrou a contradição explosiva entre meios e supostos fins.

Demétrio Magnoli é sociólogo e doutor em Geografia Humana pela USP. E-mail demétrio.magnoli@uol.com.br

10 MAI 2012

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Controversas

Numa medida incomum para homenagens, está em regime de urgência na Assembleia Legislativa um projeto da Mesa Executiva da Casa que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao ministro do STF Ricardo Lewandowski (foto). Nos bastidores, há quem considere a medida uma forma de a base governista agradar ao ministro, que é relator das ações envolvendo a polêmica cadeira de conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná (TC), disputada por Ivan Bonilha e Maurício Reguão — respectivamente, aliado e adversário do governador Beto Richa (PSDB).



GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Crime político

10 MAI 2012

O Ministério Público de São Paulo sustentará hoje a tese de crime político no julgamento de cinco acusados de matar o prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel (PT), assassinado com oito tiros em janeiro de 2002. Escolhido para coordenar a campanha do ex-presidente Lula, Celso Daniel foi encontrado morto numa estrada de terra em Juquitiba (a 72 km de São Paulo), após dois dias de sequestro. A Promotoria sustenta que o grupo que será julgado sequestrou e matou o prefeito a mando do ex-segurança Sérgio Gomes da Silva, conhecido como Sombra, que responde em liberdade e até hoje não foi a julgamento. A tese da Promotoria é que Daniel foi morto porque discordou que parte de um dinheiro desviado num esquema de corrupção na prefeitura para financiar campanhas do PT ficasse nas mãos dos envolvidos. "O prefeito conhecia o esquema e sabia que era desviado para caixa 2 do PT, mas em determinado momento descobriu que parte do dinheiro foi usado para enriquecimento dos participantes, inclusive do Sombra, e aí ele se opôs", disse o promotor.

Pinga-Logo

"É compreensível que algumas pessoas que são ligadas a mensaleiros tenham essa postura de querer atacar o procurador-geral e até atacar também ministros do Supremo com aquela afirmação falsa de que eu estaria investigando quatro ministros do Supremo Tribunal Federal."

Roberto Gurgel, procurador-geral da República, rebatendo críticas que sofreu por não pedir abertura de inquérito para investigar as relações do senador Demóstenes Torres (sem partido-SD), como bicheiro Carlinhos Cachoeira.



Suspensão 1

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) proibiu, em caráter liminar, a veiculação de um comercial do PDT em que aparece o pré-candidato à prefeitura de Curitiba, Gustavo Fruet. O corregedor do TRE-PR, desembargador Rogério Coelho, considerou que há indícios de "promoção pessoal" e de que a peça seja incompatível com os princípios da propaganda partidária. O PDT informou que já substituiu o comercial vetado.

Suspensão 2

A suspensão da propaganda havia sido pedida pelo PSB, do atual prefeito Luciano Ducci, que deve concorrer à reeleição. O comercial contestado abordava o tema do crack e a segurança pública. Ao fim da peça, Fruet aparece e fala da necessidade da prefeitura atuar para livrar a cidade das drogas. O desembargador considerou que a legislação vetada "divulgação de propaganda de candidatos a cargos eletivos e a defesa de interesses pessoais ou de outros partidos".

GAZETA DO POVO

Com muita fila, TRE encerra 10 MAI 2012 cadastramento para as eleições deste ano

Cerca de 5 mil eleitores procuraram atendimento ontem. Quem não regularizou situação sofrerá sanções, como o impedimento de assumir cargo público

Sandro Moser e Fernanda Lettles

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná concluiu ontem o alistamento eleitoral da capital para as eleições municipais em outubro. Quem não fez o recadastramento até ontem não poderá votar nas eleições de 2012, terá o título eleitoral cancelado e também ficará impossibilitado de retirar certidão de quitação eleitoral. Sem este documento não é possível tirar passaporte, fazer matrícula em instituições públicas, contrair empréstimos em bancos estatais ou assumir cargo público.

No último dia do prazo nacional estipulado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para regularização eleitoral, a maior parte dos atendimentos feitos pelo TRE era de quem estava

transferindo o título para Curitiba ou de quem estava fazendo o primeiro título de eleitor.

Só ontem foram atendidos cerca de 5 mil eleitores que deixaram a regularização para última hora. Desde o início da semana, o TRE atendeu aproximadamente 10 mil pessoas, de acordo com balanço prévio.

Aproximadamente 211 mil títulos de eleitor haviam sido cancelados em Curitiba após o término do recadastramento biométrico, em janeiro. Desse total, o TRE estima que 25 mil pessoas regularizaram sua situação até ontem. No total, aproximadamente 1,1 milhão de eleitores curitibanos serão reconhecidos pelas impressões digitais nas eleições deste ano.

Espera

Ontem a fila chegou à Avenida Marechal Floriano Peixoto, na altura 3.600. Pessoas ficaram até cinco horas na fila para serem atendidas.

A auxiliar de cozinha Rubiana dos Santos Candido, 21 anos, chegou ao TRE às 11h45 e só conseguiu ser atendida por volta

das 15 horas. Ela veio solicitar a transferência do título para Curitiba, já que votava em Araucária, onde trabalhava. "Vim hoje porque não pude sair do trabalho nos outros dias", disse.

Alguns eleitores relataram que tiveram dificuldades em comprovar a residência por não possuírem documentos em nome próprio. Como uma eleitora que pediu para não ser identificada e teve de pedir para que o pai fosse até o TRE assinar uma declaração de que ela mora na mesma casa que ele. "É chato o transtorno, me deram a informação errada, mas é isso que dá deixar para a última hora", disse.

Puxão de orelha

Durante a tarde, a espera para atendimento em um dos 78 guichês estava demorando cerca de três horas. Os eleitores que estavam na fila às 18 horas receberam senhas para garantir o atendimento, que continuou até as 21 horas.

CONTINUA

10 MAI 2012

GAZETA DO POVO

"ACABOU, NÉ? MAS FOI BOM"

CONTINUAÇÃO

Entre os que deixaram a regularização para a última hora havia muitos eleitores entre 16 e 18 anos, que estavam se alistando para votar pela primeira vez. Esse era o caso de Ariadne de Oliveira, 17 anos. Ela contou que levou um "puxão de orelha" de seu professor de Português durante a aula do curso pré-vestibular ontem pela manhã. "Ele perguntou: 'quem ainda não fez o título? Metade da sala levantou a mão'", conta. "O professor disse que nós tínhamos que nos envergonhar de perder a oportunidade de votar. Então eu decidi vir", explicou ela. Para aproveitar o tempo gasto na fila, cerca de três horas, ela levou apostilas do cursinho para ler.

1,1 MILHÃO

de eleitores curitibanos, aproximadamente, estão aptos a votar nas eleições de 2012. Cerca de 186 mil títulos foram cancelados na cidade.

Do lado de fora do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), duas irmãs que se dedicaram durante um ano à plastificação dos novos títulos eleitorais comemoravam o fluxo intenso de eleitores que faziam o documento ontem. Por outro lado, lamentavam o fim do prazo para a regularização do título. O ofício praticado nos últimos meses garantiu uma renda extra para a família. "Acabou, né? mas foi bom", disse uma das irmãs, que preferiram o anonimato. "Pena que nem todo mundo tenha o cuidado de plastificar, só uns 10% do povo", disse a outra. Ao preço de R\$ 2 por cada título, as irmãs estimam ter envolvido cerca de 350 documentos só na tarde de ontem.

TIRA-DÚVIDA

Veja as punições para quem não se cadastrou e como pode ser feita a regularização:

Se eu não fiz o cadastramento biométrico até ontem, posso votar nas próximas eleições?

Não. O prazo se encerrou ontem. Ninguém mais pode se cadastrar para votar neste ano.

As penalidades já valem para quem não fez o cadastramento ou apenas para quem não votou no dia das eleições?

Quem não fez o cadastramento biométrico está com o título cancelado e não poderá votar. Portanto, fica impedido de, após as eleições, requerer o certificado de quitação eleitoral, que é o documento exigido para tirar o passaporte, tomar empréstimos em bancos públicos ou assumir cargo público.

Caso eu tenha perdido o prazo posso justificar isso no dia da eleição e ficar livre de penalidades?

Não. Só quem está em situação eleitoral regular pode justificar a ausência.

Há punição para quem não fez a transferência?

Quem queria transferir o título e não fez até ontem terá de justificar a ausência no dia da eleição ou votar no domicílio eleitoral de origem.

Como regularizar o título?

Todas as situações poderão ser regularizadas a partir de novembro, com a reabertura do cadastro eleitoral.

GAZETA DO POVO

JUDICIÁRIO

Comissão da Câmara aprova reajuste para o Supremo

10 MAI 2012

■ A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados aprovou ontem, por unanimidade, propostas que reajustam para R\$ 32,147,90 o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal e do procurador-geral da República. O salário fixado aprovado significa um aumento de 20,29% aos atuais vencimentos de R\$ 26.723,13. As propostas ainda precisam passar pelas comissões de Finanças e de Constituição e Justiça antes de serem apreciadas pelo plenário da Câmara.

Inicialmente o projeto previa um aumento dos atuais R\$ 26.723,13 para R\$ 30.675,48, valendo a partir de janeiro de 2011. A proposta aprovada ontem, de autoria do deputado Roberto Santiago (PSD-SP), aumenta o valor dos subsídios para R\$ 32,147,90, valendo a partir de janeiro de 2012. Esse mesmo valor e data foram definidos na proposta, de autoria do deputado Luciano Castro (PR-RR), que trata dos rendimentos do procurador-geral da República.

Caso ocorra o reajuste haverá um efeito cascata sobre os subsídios dos demais integrantes do Judiciário e Ministério Público. Nos projetos originais, o impacto estimado para os cofres da União é de cerca de R\$ 620 milhões.

A aprovação das propostas ocorreu no mesmo dia em que o presidente do Supremo, Carlos Ayres Britto, disse que sairá a campo em defesa dos reajustes. A presidente Dilma Rousseff não quis incluir os recursos no Orçamento Geral da União de 2012 para esse fim.

GAZETA DO POVO

STF começa a organizar julgamento do mensalão

10 MAI 2012

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou oficialmente a organizar o julgamento do processo do mensalão. Ontem, os ministros decidiram que o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, terá cinco horas para apresentar sua denúncia contra todos os réus.

O advogado de cada acusado terá até uma hora para defender seu cliente. Se todos usarem o tempo completo, serão 38 horas somente para as sustentações orais dos réus. No caso do Ministério Público, a legislação dá o mesmo prazo, de até uma hora. O relator do caso, ministro Joaquim Barbosa, afirmou que a ampliação do tempo seria necessária para garantir a paridade de armas entre a acusação e a defesa dos réus.

Apenas o ministro Marco Aurélio Mello discordou. "Para mim, esse é um processo como tantos outros que foram julgados pelo Supremo. A partir do momento em que nos reunimos em sessão plenária para previamente estabelecer, no campo do pragmatismo maior, balizas, colocamos a ele excepcionalidades que não se coadunam com o Estado Democrático de Direito."

Barbosa também questionou os ministros se, no dia do julgamento, poderia resumir seu relatório, que já foi divulgado e tem 122 páginas. O julgamento exige que antes das sustentações orais da acusação e da defesa, o relator do caso leia esse relatório, documento que resume os principais fatos do processo, sem ainda emitir juízo de valor.

O ministro afirmou que seu relatório já é amplamente conhecido e que, por conta disso, ele poderia abreviar ainda mais, para cerca de duas ou três páginas, para reduzir o tempo do julgamento.

Segundo Joaquim Barbosa, serão necessárias pelo menos três semanas para que o mensalão seja julgado. "O que eu menos quero é gastar tempo desnecessariamente". Também neste ponto, ele só não teve o apoio de Marco Aurélio, para quem não caberia a questão de ordem para tratar de um processo, que é igual a todos os outros.

10 MAI 2012

GAZETA DO POVO

STF aprova sistema de cotas em universidade gaúcha

■ O Supremo Tribunal Federal (STF) validou ontem, por 10 a 1, o sistema de cotas adotado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), confirmando pela terceira semana seguida que a política de reserva de vagas é constitucional. Os ministros julgaram um recurso do estudante Giovane Fialho que tirou nota mais alta que outros, mas acabou não passando no vestibular por conta das cotas.

O sistema da universidade gaúcha separa 30% das vagas para alunos de escola pública, sendo que metade delas deve ser preenchida por alunos "autodeclarados" negros.

Na discussão de ontem, os votos foram mais curtos e houve pouco debate. A maioria dos ministros se limitou a dizer que acompanhava o relator do caso, ministro Ricardo Lewandowski. O único voto contrário foi do ministro Marco Aurélio.

DÍVIDA

Mulher grávida é presa por não pagar pensão

■ Uma jovem de 20 anos, grávida de 9 meses, foi detida nesta semana em Taubaté, no Vale do Paraíba (SP), por não pagar pensão a uma filha de 4 anos que vive com o ex-marido. Suelien dos Santos foi detida ao se apresentar na delegacia depois de ser intimada pela Justiça de Taubaté, em mandado expedido pelo juiz Gustavo de Campos Machado. Na sentença, o juiz aponta uma dívida de R\$ 613,31, referente aos meses de julho/2011 a janeiro/2012. Desempregada e já sentindo as contrações, Suelien só foi liberada após pagar R\$ 884 ao ex-marido, referente a todos os meses em atraso. "Juntamos o dinheiro que tínhamos de contas, emprestamos do patrão da minha mãe, vizinhos, foi uma loucura", comenta a cunhada Elidamaris Carpinetti da Silva Ferreira. Identificado apenas pelo nome de Gabriel, o ex-marido é vigilante de agência bancária e recebeu a guarda da filha depois que Suelien afirmou não ter condições de criar a menina.

10 MAI 2012

GAZETA DO POVO

Ministério Público exige duplicação imediata da PR-151

PONTA GROSSA

Marta Gizele da Silva, da sucursal

O Ministério Público Federal (MPF) em Ponta Grossa ingressou com uma ação civil pública exigindo a duplicação imediata da rodovia PR-151, no trecho que liga Jaguariaíva a Pirafó do Sul, nos Campos Gerais. Em caso de descumprimento, o MPF solicita uma liminar cancelando a cobrança da tarifa na praça de pedágio de Jaguariaíva.

Prevista no contrato original de concessão, a obra deveria ter começado no ano passado. Mas em uma negociação com as concessionárias de pedágio, o governo autorizou que o investimento fosse substituído pela construção do contorno rodoviário da BR-277, entre Curitiba e Campo Largo.

Em entrevista coletiva, o procurador da República Osvaldo Soweck Júnior disse que o contrato não poderia ter sido desrespeita-

do. "Além disso, faltou publicidade ao protocolo de substituição dos investimentos", considerou.

Na ação, que será julgada pela 1.ª Vara da Justiça Federal em Ponta Grossa, Soweck cobra que o início da obra ocorra dentro de 90 dias e que a conclusão aconteça em nove meses. Diante de descumprimento ou novo atraso, o procurador também pede que seja aplicada uma multa diária de R\$ 100 mil e que a cobrança de pedágio seja paralisada.

Conforme Soweck, a ação é direcionada à concessionária Rodonorte, pelo atraso na duplicação, e ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e governo do estado, pela omissão na fiscalização. O DER afirmou que, por enquanto, não vai se manifestar sobre o conteúdo da ação porque ainda não foi notificado. A Rodonorte informou que a substituição levou em conta critérios téc-

nicos, como a fluidez do tráfego e a segurança viária na BR-277.

Polo madeireiro

O trecho da PR-151 no interior tem 40,8 quilômetros, sendo 32 quilômetros de terceira faixa. Concentra um tráfego de 6 mil veículos/dia e um fluxo intenso de caminhões, por causa do polo madeireiro existente na região. Hoje a tarifa cobrada na praça de Jaguariaíva varia de R\$ 2,80 para motocicleta a R\$ 4,60 por eixo e R\$ 5,50 para veículos de passeio.

A duplicação, que custaria em torno de R\$ 107 milhões, conforme previsão do procurador — já que a Rodonorte não divulgou os valores atualizados — seria dividida em duas etapas conforme a previsão inicial: 20 quilômetros em 2011 e mais 20,8 quilômetros em 2012.

"O contrato de concessão que previa a duplicação da PR-151 não poderia ter sido desrespeitado. Além disso, faltou publicidade ao protocolo de substituição dos investimentos."

Osvaldo Soweck Júnior, procurador da República e autor da ação judicial.

GAZETA DO POVO

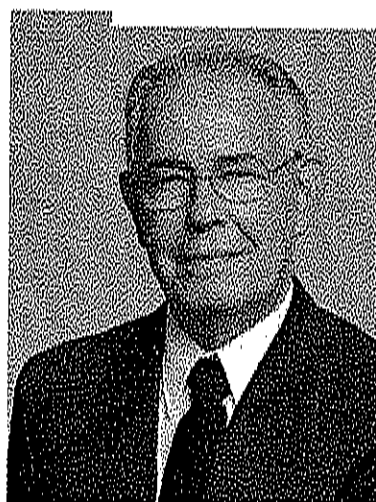
Obituário

TEXTO: ANGELICA FAVRETTO

10 MAI 2012

Valter Martins de Toledo

Nascido no interior de São Paulo, Valter Martins de Toledo se mudou ainda jovem para a cidade de Jandaia do Sul, no Paraná, com a família. As cidades pequenas não ofereciam as oportunidades que o sonhador Valter buscava e, por isso, foi o primeiro de uma família com dez irmãos a mudar-se para Curitiba. Determinado e apaixonado pelo Direito, em 1958, veio estudar no Colégio Estadual do Paraná. Arranjou um trabalho no Tribunal de Justiça do Estado em um cargo simples. Mas persistiu e conseguiu entrar para a Faculdade de Direito de Curitiba. Aos poucos foi mudando de setor dentro do Tribunal chegando a trabalhar como assessor jurídico, até que passou em um concurso público e, em 1977, tornou-se juiz com o pensamento firme de que a lei é igual para todos. Trabalhava muito, mas a magistratura não



era um fardo. Pela escrita impecável foi correspondente do Jornal do Estado, no Interior. Por ser amigo de muitos jornalistas, quando ainda estava cursando a faculdade de direito atuou no movimento que deu origem ao curso de Jornalismo da Universidade Federal do Paraná e fez parte da primeira turma. Aposentou-se e por anos esteve à frente da Associação de Magistrados

DIA 29, aos 79 anos, de insuficiência respiratória.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SUCESSÃO

1.º MAI 2012

"Judiciário é o Poder que evita o desgoverno", diz Britto

Ministro conduziu sua primeira sessão como novo presidente do CNJ

Ao conduzir oficialmente, na terça-feira (8), a primeira sessão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como presidente do órgão, o ministro Carlos Ayres Britto – também presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) – recebeu homenagem dos conselheiros, do procurador-geral da República e de advogados. De acordo com Ayres Britto, existe um sistema de Justiça no país que se aperfeiçoou a olhos vistos, motivo pelo qual tem sido imprescindível a presença do CNJ. "O Judiciário é o Poder que não governa, mas evita o desgoverno. E quem evita o desgoverno não pode se desgovernar por definição", acentuou.

"Início a presidência honrado e feliz. Conheço de perto os eminentes conselheiros, tenho por todos a maior admiração, sei que passaremos a conversar com urbanidade e irmandade nesse propósito de viabilizar a Constituição Brasileira que em boa hora criou o CNJ. O Conselho Nacional de Justiça veio para aperfeiçoar o sistema de Justiça, suprir omissões e enfrentar com destemor e proficiência os déficits históricos. O Poder Judiciário brasileiro é modelar, não tem faltado à sociedade, mas precisava do CNJ, que se insere no âmbito do controle eminentemente democrático que marca a trajetória de evolução político-cultural dos povos ocidentais", completou o ministro.

AMADURECIMENTO

Falando em nome dos conselheiros, a corregedora nacional de Justiça, ministra Ellana Calmon, destacou que Ayres Britto chega à presidência num momento em que o órgão está pacificado em relação às suas atribuições, após a avaliação pelo STF da Resolução 135, no início do ano (que dispõe sobre a uniformização de normas de procedimento administrativo disciplinar aplicável aos magistrados) e com os conselheiros "mais amadurecidos e mais afeitos às questões de julgamento desta corte".

"Estamos todos felizes com a sua presença, com sua finura de trato, a verve que lhe é peculiar e também o aspecto de encontrar tudo nos seus devidos lugares. Temos a certeza de que o CNJ se firma ainda mais com sua presidência", enfatizou a ministra.

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, por sua vez, disse que o ministro é "das pessoas talhadas para momentos ao mesmo tempo promissores e complexos". e lembrou que as instituições de Justiça vivem esse momento. "O tempo é de união e coesão entre Ministério Público, magistrados, CNJ e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). E a contribuição que o CNJ tem dado à população tem sido imensa, apesar da sua curta existência", deixou claro.

MUDANÇA

Para o ministro Ayres Britto, o CNJ veio como categoria jurídica, "a fazer parte das positivities constitucionais num ambiente de mudança de paradigmas no imaginário social". Ayres Britto citou como exemplo dessas mudanças leis e decisões que ajudaram a Justiça a dar um salto de qualidade. São elas: a Lei da Ficha Limpa, a Lei Maria da Penha, o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a decisão do STF que levou à isonomia a relação de casais homoafetivos e a decisão sobre as atribuições do CNJ durante a votação da Resolução 135. Matérias que, segundo afirmou, "levaram a uma transformação da sociedade".

O novo presidente do CNJ também foi homenageado pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante, e pelo advogado Eduardo Alkmim.

10 MAI 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Começam este mês cursos de conciliação para magistrados

Nos próximos dias 14 e 15 de maio, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) inicia o primeiro curso de Formação de Instrutores em Políticas Públicas em Conciliação e Mediação voltado, especificamente, para magistrados. O curso, a ser realizado em Brasília, na sede do Conselho da Justiça Federal (CJF), tem a proposta de contribuir para a disseminação da cultura da conciliação no Judiciário brasileiro e, nesta primeira etapa, será ministrado para magistrados das Justiças Federal e Estadual.

A iniciativa faz parte das ações de Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses, previstas na Resolução/CNJ 125/2010. De acordo com a Resolução, que instituiu a Política Nacional de Conciliação, as escolas oficiais de magistratura dos tribunais serão responsáveis pela

seleção dos inscritos. Com início das aulas, os juizes serão divididos em turmas exclusivas de acordo com o segmento de origem.

PALESTRAS

Ao término do curso, os participantes receberão material pedagógico (slides, manuais, vídeos e exercícios simulados) - o que deverá auxiliá-los em futuras palestras e cursos oficiais do Poder Judiciário sobre Políticas Públicas em Conciliação e Mediação. Com a iniciativa, o CNJ espera mobilizar magistrados que possam repassar os conhecimentos adquiridos.

Os juizes também devem se comprometer, conforme as normas estabelecidas, a lecionar em regime de codocência pelo prazo de um ano, em, no mínimo, cinco oportunidades distintas, ocasiões em que ministrarão cursos para os demais

magistrados de seus respectivos tribunais, devendo ainda ser convidados para a realização de palestras em outros tribunais. O cronograma dos cursos será definido pelo Comitê Gestor do Movimento Permanente pela Conciliação.

INTENSIFICAÇÃO

De acordo com os responsáveis pelo movimento gestor da Conciliação no CNJ, o curso vai ao encontro da intenção do Conselho de fazer com que os trabalhos pela cultura da conciliação sejam intensificados nos tribunais durante todo o ano. Para o coordenador do comitê gestor, conselheiro José Roberto Neves Amorim, a Política Nacional de Conciliação objetiva a "boa qualidade dos serviços jurisdicionais e a intensificação, no Judiciário, da cultura de pacificação social".

Ministros destacam interação do STF com a sociedade

O ministro Luiz Fux, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4103, em que a Associação Brasileira de Restaurantes e Empresas de Entretenimento (Abrasel) questiona dispositivos da Lei 11.705/2008 (a chamada Lei Seca), e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ayres Britto, abriram, no começo da tarde da última segunda-feira (7), audiência pública para discutir a proibição de dirigir veículo automotor após ingerir bebida alcoólica, assinalando a importância da interação da Suprema Corte com a sociedade no julgamento de causas

de grande repercussão social.

Ambos ressaltaram que a modalidade de audiências públicas, introduzida no Judiciário pela primeira vez pelo Supremo Tribunal Federal quando do debate sobre a utilização de células-tronco embrionárias em pesquisas científicas, permite à Suprema Corte agregar elementos técnico-científicos aos elementos jurídicos, propiciando aos ministros da Corte uma melhor visão para julgamento de causas importantes. Os ministros também destacaram a figura dos amici curiae (amigos da Corte, entidades muitas vezes admitidas em processos para

opinarem sobre temas específicos que lhes são familiares).

Na primeira audiência realizada no STF (sobre células-tronco), conforme lembrou o ministro Ayres Britto, houve a presença de 29 cientistas, sendo que 27 deles assumiram a tribuna para trazer seus conhecimentos científicos, assim contribuindo para uma decisão histórica. Anteriormente, conforme ainda lembrou o ministro Ayres Britto, o STF já realizou audiências públicas sobre a importação de pneus usados, anencefalia, demandas judiciais por medicamentos e cotas raciais.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

**TRT-PR dá
posse para
nova juíza
substituta**

10 MAI 2012

A juíza Lecir Maria Scalassara Alencar será investida no cargo de Juiz Substituto do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR). Ela é oriunda do TRT do Pará/Amapá e vem para o TRT-PR por meio de processo de remoção. A cerimônia de posse acontece nesta terça-feira (8), às 17 horas, no Gabinete da Presidência do Tribunal - Alameda Dr Carlos de Carvalho, 528, 12º andar. Lecir Maria Scalassara Alencar é natural de Mandaguacu, no interior do Paraná. Formou-se em Direito pela Universidade Estadual de Maringá, onde mais tarde cursou mestrado e lecionou por quase dez anos. Especialista em proteção jurídica do meio-ambiente pela Universidade de Castilha, na Espanha, a juíza também deu aulas em Londrina, na pós-graduação em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). É autora do livro "Poluição Marinha e Proteção Jurídica Internacional", publicado em 2008 pela Juruá Editora. Atuou como advogada de 1994 a 2009, mas sempre teve vontade de iniciar a magistratura, sonho que era adiado pelos vários compromissos profissionais.

JORNAL DO ÔNIBUS

Presidente do TSE participa de congresso na capital

A nova presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia Antunes da Rocha, estará em Curitiba no dia 18 de maio, participando do 3º Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral, que acontece entre os dias 17 a 19 de maio, no auditório da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), em Curitiba.

Carmen Lúcia participará da conferência especial no dia 18 de maio. Aproximadamente 900 pessoas de vários estados do país são esperadas no evento, que tem na pauta "As Eleições Municipais e a Lei da Ficha Limpa", bem como mais recentes decisões do STF e TSE sobre as regras eleitorais que refletem nas eleições deste ano. Durante o congresso, serão premiados os três primeiros colocados do 1º Concurso de Artigos "Ministro Sepúlveda Pertence", realizado em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, através do Conselho Editorial da Revista Paraná Eleitoral.

10 MAI 2012



Ministra Cármen Lúcia Antunes da Rocha

10 MAI 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça afasta prefeito de Curiúva

A Justiça em Curiúva, no Norte do Estado, determinou o afastamento do prefeito municipal, Marcio da Aparecida Mainardes, com base em ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Paraná, através do Núcleo Regional de Proteção ao Patrimônio Público do Norte Pioneiro, por supostos atos de improbidade administrativa. O prefeito é acusado, na ação, de ter utilizado irregularmente dinheiro do fundo de previdência municipal. A decisão foi proferida pelo juiz Ítalo Mário Bazzo Júnior, da Vara Cível da Comarca.

Além do prefeito, são requeridos na ação outras quatro pessoas, o contador e o tesoureiro que atuavam na Prefeitura e no Fundo, concomitantemente, duas presidentes anteriores do Fundo e o próprio Município de Curiúva. De acordo com os promotores de Justiça, Ivan Barbosa Mendes, da comarca de Curiúva, Kele Cristiani Dlogo Bahena e Joel Carlos Beffa, do Núcleo Regional de Proteção ao Patrimônio Público do Norte Pioneiro, os requeridos teriam sido responsáveis por saques ilegais do fundo previdenciário municipal Curiúva Previ, entre os anos de 2005 e 2009, em valor superior a R\$ 5 milhões.

FOLHA DE S. PAULO

ROGÉRIO GENTILE

Páginas amareladas

10 MAI 2012

SÃO PAULO - A Justiça brasileira é tão lenta e ineficiente que ainda está no século passado. No início desta semana, os oficiais da Polícia Militar responsáveis pelo massacre de Eldorado do Carajás foram finalmente mandados para a prisão, após recursos protelatórios que adiaram uma decisão que já havia sido tomada em 2004 pelo TJ do Pará. O caso, vale lembrar, ocorreu há 16 anos, em abril de 1996...

Muita coisa aconteceu no país desde então, quando 19 pessoas foram mortas pelos PMs em um episódio no qual houve vítimas que sofreram tiros pelas costas ou à queima-roupa e um caso de crânio esmagado.

O Brasil era outro. Dilma tinha uma loja de bugigangas no Rio Grande do Sul, a Pão & Circo. FHC era o presidente e nem mesmo a emenda da reeleição havia sido aprovada.

No esporte, o garoto prodígio do futebol brasileiro chamava-se Ronaldo, ou melhor, Ronaldinho, como o Fenômeno, de tão magrinho, ainda era chamado. Neymar não passava de um garotinho de quatro anos que mal tinha aprendido a chutar uma bola.

O que não mudou desde o massacre é a tal morosidade do Judiciário. Os processos continuam a se arrastar por anos e nada é feito de concreto para mudar a situação. Para se ter uma ideia, apenas no Supremo Tribunal Federal tramitam, hoje, mais de 1.100 casos do século passado.

Em 2011, o então presidente do STF, Cezar Peluso, elaborou uma proposta que acabava com a farra dos recursos protelatórios. Na prática, qualquer julgamento de segunda instância teria efeito imediato, a despeito de contestações nos tribunais superiores. Hoje, um caso só transita em julgado após passar por quatro instâncias judiciais.

Ou seja, se a ideia de Peluso estivesse em vigor à época, os responsáveis pelo massacre teriam sido presos em 2004, após a decisão do TJ. Os recursos não teriam impedido o início da pena. A proposta era tão inovadora que, claro, se perdeu num escaninho do Congresso.

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL 10 MAI 2012

Questão de ordem

A dilatação do prazo de sustentação oral do procurador-geral da República no julgamento do mensalão, decidida ontem pelo STF, deve virar mais um instrumento da defesa dos réus na tentativa de procrastinar a apreciação do caso em plenário a até em eventual contestação de resultados. Peritos no processo que acompanham com lupa a definição dos ritos da aguardada sessão consideram que o limite de tempo para manifestação de Roberto Gurgel é de uma hora.

Mesmo com o aval da maioria dos ministros, a exceção aberta, elevando para cinco horas o tempo da acusação, afrontaria a lei e o regimento interno da corte.

Fim da linha Mais cétricos, outros advogados dizem que não há instância de recurso acima do pleno do Supremo. "Vamos reclamar com quem? Com Deus?"

Social 1 José Antonio Dias Toffoli, ex-advogado e ministro de Lula e nomeado por ele para o STF, visitou o ex-presidente em seu apartamento, em São Bernardo, após o fim do tratamento do câncer de laringe do petista.

Social 2 A coluna Toffoli confirmou a visita e disse que falou com Lula algumas vezes sobre sua saúde, mas que "em hipótese alguma" trataram de temas relativos ao Supremo, como o mensalão. Ele ainda não se decidiu se atuará no julgamento ou se vai se dizer impedido no caso.

10 MAI 2012
FOLHA DE S. PAULO
ERRAMOS

PODER (10.MAI, PÁG. A8) Diferentemente do publicado em "Coronel que liderou massacre de Carajás é preso após 16 anos", o STJ (Superior Tribunal de Justiça), e não o STF (Supremo Tribunal Federal), enviou os autos do processo do caso à Justiça do Pará. No infográfico que acompanhou o texto, foi informado erroneamente que as mortes ocorreram em 2006, quando, na verdade, foram em 1996.

08 MAI 2012

FOLHA DE S. PAULO

Coronel que liderou massacre de Carajás é preso após 16 anos

Justiça do Pará determinou a detenção de Mário Pantoja, que se entregou ontem, e do major José Maria Oliveira

Condenados em 2002 como responsáveis pelo massacre de 19 sem-terra, eles recorriam da decisão em liberdade

AGUIRRE TALENTO
DE BELÉM

A Justiça do Pará determinou ontem a prisão dos oficiais da polícia militar condenados em 2002 como responsáveis pelo massacre de Eldorado do Carajás, ocorrido em abril de 1996 no sudeste do Estado e que resultou na morte de 19 sem-terra.

Um deles, o coronel Mário Colares Pantoja, apresentou-se ontem à tarde a um presídio em Santa Isabel do Pará (47 km de Belém), onde cumprirá pena.

O outro, major José Maria Pereira de Oliveira, deverá se entregar hoje, segundo seu advogado.

Os dois PMs, hoje aposentados, chegaram a ser presos antes, mas conseguiram em 2005 habeas corpus para recorrer em liberdade.

Impedidos de alterar a decisão do Tribunal do Júri, seus advogados tentam anu-

lar o julgamento.

As prisões eram uma reivindicação antiga de movimentos de luta pela terra.

O massacre ocorreu quando os sem-terra iam de Curionópolis a Marabá para reivindicar a desapropriação da fazenda Macaxeira.

No caminho, interditaram a rodovia PA-150, que liga Belém ao sul do Pará.

A PM de Marabá e policiais de Paraupébas se juntaram para desbloquear a rodovia, dando início ao conflito, que resultou também em mais de 60 feridos.

De acordo com o processo do caso, cerca de 1.100 manifestantes foram cercados pelos PMs, que atiraram à queima-roupa.

Os policiais começaram a ser julgados em 1999.

O coronel Pantoja foi condenado a 228 anos de prisão, enquanto o major Oliveira recebeu pena de 158 anos e quatro meses.

Os 142 PMs que participaram da ação foram absolvidos. Superiores hierárquicos dos PMs, o governador do Pará à época, Almir Gabriel (PS-DB), e o secretário de Segurança Pública, Paulo Sette Câmara, não foram responsabi-

lizados.

O episódio é lembrado anualmente no "Abril Vermelho", que concentra ações promovidas por grupos como o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra).

A Justiça determinou as prisões após os acusados terem recursos negados em instâncias superiores.

O STF (Supremo Tribunal Federal) enviou a ação à Justiça do Pará no mês passado para o cumprimento das detenções.

OUTRO LADO

Apesar de as condenações terem transitado em julgado (quando não cabem mais recursos), os advogados ainda tentarão livrá-los da cadeia.

Há um habeas corpus em tramitação no STJ (Superior Tribunal de Justiça) pedindo a anulação do julgamento.

Os advogados dizem que o coronel e o major não ordenaram o massacre e que estavam cumprindo orientações superiores. Segundo eles, a ação dos policiais fugiu ao controle.

"Eles não deram um único tiro", afirma o advogado Gustavo Pastor, que defende o coronel Pantoja.

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Mortes no campo
caíram em 2011, diz
Pastoral da Terra

As mortes motivadas por conflitos no campo diminuíram em 2011, mas o número de pessoas ameaçadas devido a disputas fundiárias quase triplicou em relação ao ano anterior.

Os dados estão em relatório anual divulgado ontem pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), braço agrário da Igreja Católica no Brasil.

Segundo a comissão, houve 29 homicídios resultantes de conflitos no campo em 2011, queda de 15% em relação aos 34 de 2010. A maior parte das mortes — 12 casos — foi no Pará.

A relação inclui casos de repercussão internacional, como a morte, em maio passado, do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo, em Nova Ipixuna.

"O total de mortes diminuiu porque após a morte do casal houve maior combate à violência. Mas precisamos de soluções definitivas", afirmou Antônio Canuto, da CPT.

Se houve recuo nos homicídios, outros pontos do estudo indicam crescimento na violência no campo. O número de ameaçados de morte em disputas fundiárias avançou 177% — de 125 para 347 pessoas, sendo 85% delas na Amazônia.

O contexto dos conflitos mostrou uma mudança no eixo das disputas da reforma agrária para demandas de comunidades tradicionais. Segundo a CPT, 72% dos ameaçados têm relação com territórios quilombolas, indígenas ou de outras comunidades. Outros 22% são assentados ou sem-terra.

08 MAI 2012

ELDORADO DO CARAJÁS

MASSACRE

Em 17 de abril de 2006, cerca de 150 policiais militares entraram em confronto com integrantes do MST em Eldorado do Carajás. Dezenove sem-terra foram mortos e mais de 60, feridos

SENTENÇA

Comandantes da ação, o coronel Mário Colares Pantoja e o major José Oliveira foram condenados em 2002

a 228 anos e 158 anos respectivamente, mas aguardavam julgamento de recurso em liberdade



PRISÃO

Ontem, a Justiça do Pará expediu mandados de prisão contra os dois militares. Pantoja já foi preso

10 MAI 2012

FOLHA DE S. PAULO

STF amplia tempo da acusação no julgamento do caso

O STF (Supremo Tribunal Federal) começou oficialmente ontem a organizar o julgamento do processo do mensalão, que ainda não tem data para começar.

Os ministros decidiram ontem que o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, terá cinco horas, e não apenas uma, para apresentar sua denúncia contra os réus.

O relator do processo, ministro Joaquim Barbosa, afirmou que a ampliação do seu tempo é necessária para garantir a paridade de armas entre a acusação e a defesa.

Isso porque, se todos os 38 réus do processo usarem o tempo completo a que têm direito para sua defesa oral, serão 38 horas somente para essas sustentações.

No caso do Ministério Público, a legislação e o regimento interno do Supremo concedem o mesmo prazo de até uma hora para as palavras da acusação.

Barbosa argumentou que essa regra leva em conta um processo com apenas um réu, caso em que o tempo de exposição de cada uma das partes seria o mesmo.

No mensalão, porém, como são vários os réus, o ministro argumentou que ele precisa de mais tempo para apresentar suas razões. A maior parte dos ministros concordou com a proposta.

OITO MINUTOS

Agora, Gurgel terá cerca de oito minutos para tratar de cada um dos acusados do mensalão —antes eram dois minutos, em média.

Segundo Barbosa, serão necessárias pelo menos três semanas para que o mensalão seja julgado.

Barbosa também questionou os ministros se, no dia do julgamento, pode resumir seu relatório, que já foi divulgado e tem 122 páginas.

O ministro afirmou que o documento é amplamente conhecido e que, por conta disso, ele poderia abreviá-lo ainda mais, para cerca de duas ou três páginas, para reduzir o tempo do julgamento.

FOLHA DE S. PAULO

STF valida o programa de cotas da federal gaúcha

10 MAI 2012

Policiais de SE processam Rita Lee por danos morais

Para Supremo, reserva de vaga é constitucional

O STF (Supremo Tribunal Federal) validou ontem, por 10 a 1, o sistema de cotas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, confirmando pela terceira semana seguida que a política de reserva de vagas é constitucional.

Os ministros julgaram recurso do estudante Giovane Fialho, que tirou nota mais alta que outros, mas acabou não passando no vestibular devido às cotas.

A universidade gaúcha separa 30% das vagas para alunos de escola pública, sendo que metade delas deve ser preenchida por alunos auto-declarados negros.

Nas últimas duas semanas, o STF declarou a constitucionalidade das cotas da UnB, que separam 20% das vagas para negros, e do Prouni (Programa Universidade para Todos), que beneficia faculdades particulares que separam vagas para alunos carentes.

Diferentemente do primeiro julgamento, ontem houve o voto contrário do ministro Marco Aurélio. Para ele as escolas públicas deveriam, na teoria, ser melhores que as privadas e, por isso, seus alunos não poderiam ser tratados com tal benefício.

Valor das 22 ações
chega a R\$ 485 mil

Ao menos 22 policiais militares de Sergipe cobram na Justiça indenização por danos morais à cantora Rita Lee, depois de um show, em 29 de janeiro, em cidade próxima a Aracaju, em que ela chamou policiais de "cachorros" e "filhos da puta". Somados, os valores cobrados nessas ações alcançam R\$ 485 mil.

A Amese (Associação dos Militares do Estado de Sergipe) discutiu pedir indenização por supostos danos morais causados à categoria, mas preferiu que cada policial que trabalhava no evento entrasse com uma ação.

O advogado da associação, Plínio Karlo Costa, que representa nove PMs, afirmou que eles se sentiram desrespeitados. A Amese, conforme Costa, já mandou e-mails convocando outros militares que trabalharam no show.

Denunciada pelo Ministério Público sob acusação de apologia de crime e desacato, Rita responde à ação penal. Procurada pela **Folha**, a cantora não respondeu até o fechamento desta edição.

Grávida de 9 meses passa noite presa por não pagar pensão alimentícia

DE SÃO PAULO - Uma grávida de nove meses foi presa na segunda-feira em Taubaté (140 km de SP) por falta de pagamento de pensão alimentícia. Suellen Carvalho, 20, foi solta na terça.

Segundo a polícia, ela devia seis meses de pensão (R\$ 600,

no total) para o ex-marido, que tem a guarda da filha de quatro anos. Sua prisão foi decretada pela Justiça. O valor foi pago por ela e parentes do atual marido. "Não sabia que ele tinha me colocado para pagar pensão." O parto está previsto para hoje.

10 MAI 2012

FOLHA DE S. PAULO

Promotoria reafirma tese de crime político no caso Celso Daniel

Cinco acusados serão julgados hoje pela morte do prefeito de Santo André em 2002

Mais de dez anos depois do crime, o Ministério Público de São Paulo voltará a defender hoje no julgamento de cinco acusados de matar o prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel (PT) que o assassinato está vinculado a um esquema de desvios para financiar campanhas do PT.

Daniel foi encontrado morto com oito tiros numa estrada de terra em Juquitiba (SP), após dois dias de seqüestro em janeiro de 2002.

Ele se preparava para assumir a coordenação da campanha do ex-presidente Lula.

Hoje, a Promotoria repetirá a tese que já levou à condenação de Marcos Roberto Bispo dos Santos, o único que foi julgado até agora.

Para o Ministério Público, o grupo foi contratado pelo ex-segurança Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, para matar o prefeito. O motivo é que Daniel teria descoberto que recursos desviados para o PT foram embolsados pelos envolvidos no esquema.

"A partir do momento que ele descobriu que o dinheiro do esquema estava engordando o bolso dos participantes, não concordou. Ele queria voltar ao esquema inicial de caixa dois do PT", afirmou o promotor Márcio Friggl, escalado para fazer a acusação.

A tese da Promotoria vai na contramão das investigações da Polícia Civil, que concluiu ser um crime comum.

Para a Promotoria, uma vi-

tória no júri hoje terá impacto no julgamento de Gomes da Silva. Os cinco réus são acusados de homicídio duplamente qualificado.

Há expectativa sobre o depoimento de Elcyd Oliveira Brito, o John, que chegou afirmar durante as investigações que o crime foi encomendado, mas depois recuou.

A Promotoria também cita uma ação de improbidade na qual o PT e o ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência) são acusados de desviar recursos de Santo André. As testemunhas do caso serão ouvidas em julho.

ENTENDA O CASO

ONDE Fórum de Itapeverica da Serra

HORA 9h30 (deve durar dois dias)

ACUSAÇÃO homicídio duplamente qualificado

PENA MÁXIMA 30 anos de prisão

RÉUS

> Elcyd Oliveira Brito, o John - Dirigia a Blazer usada no seqüestro

> Itamar Messias da Silva Santos - Estava na Blazer e disparou contra o carro do prefeito

> Ivan Rodrigues da Silva, o Monstro - Era o chefe do grupo, coordenou o seqüestro

> José Edilson da Silva - É apontado como o mandante dos disparos contra o prefeito e foi quem alugou o cativoiro

> Rodolfo Rodrigo dos Santos Oliveira, o Bozinho - Foi quem retirou o prefeito do carro no momento do seqüestro



Seqüestro e morte

O então prefeito de Santo André Celso Daniel (PT) foi seqüestrado na noite de 18 de janeiro de 2002. Ele estava acompanhado do ex-segurança Sérgio Gomes da Silva. Dois dias depois o corpo foi achado com oito tiros. A Polícia Civil concluiu que foi um crime comum



Motivação

O Ministério Público diz que a morte foi encomendada por Sérgio Gomes da Silva, que responde em liberdade. Daniel teria sido morto porque teria descoberto esquema de cobrança de propinas de empresas de ônibus que abastecia o caixa dois do PT. O partido nega

CONTINUA

10 MAI 2012

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Recursos adiam julgamento de principal acusado

Principal acusado da morte de Celso Daniel, Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, responde em liberdade e será julgado separadamente devido a recursos judiciais.

Além de conseguir postergar seu julgamento, ele ainda tenta derrubar no Supremo Tribunal Federal o poder de investigação do Ministério Público em casos criminais. Se conseguir, anulará boa parte das provas.

O julgamento de Gomes da Silva, que nega participação no caso, é o mais aguardado pela Promotoria, mas ainda não tem data marcada pela Justiça —ele conseguiu um habeas corpus no Supremo.

Ele chegou a ficar preso por oito meses e, segundo pessoas próximas, leva uma vida discreta no ABC paulista.

10 MAI 2012

FOLHA DE S. PAULO

Presos trabalham e dividem salário com a família das vítimas

Projeto em cidade no sul de Minas ocorre há dois meses; detento tem redução de pena

Cinco detentos do presídio estadual de Santa Rita do Sapucaí, no sul de Minas Gerais, aceitaram uma proposta da Justiça para atenuar os danos que causaram às suas vítimas. Há dois meses, eles reformam o prédio histórico do fórum e dividem os R\$ 622 que recebem pelo serviço com a vítima de seus crimes.

Às 8h, os detentos que cumprem pena em regime semiaberto por homicídio, tráfico e furto já estão diante do fórum. Eles trabalham de segunda a sexta-feira até as 17h, com intervalo de uma hora.

Quem não entendia nada de obras aprendeu a ser pintor, pedreiro e ajudante. Um preso que já tinha experiência ensinou os outros.

A reforma do fórum da cidade, a 399 km de Belo Horizonte, já está quase pronta, e os operários do presídio já se preparam para as obras da delegacia local.

O projeto-piloto começou há dois meses e deve durar mais quatro, com apoio de dois empresários da cidade. Como já há outros interessados em financiar os presídios, a Justiça mapeia mais prédios públicos que necessitem de reparos e seleciona mais integrantes para a obra.

A cada dia trabalhado, o detento tem sua pena reduzida em três dias.

Os cinco presos poderiam fazer como 38 detentos do presídio que trabalham em outros locais e recebem o salário integral. Mas, segundo o diretor-geral da unidade, Gilson Rafael Silva, a chance de remissão motivou esses homens a dividir os ganhos com suas vítimas.

"A gente está conseguindo mudar paradigmas. Nenhum preso selecionado se negou [a participar do projeto]", diz. Os critérios para participar vão do bom comportamento ao tempo de pena cumprido.

O juiz da comarca de Santa Rita do Sapucaí, José Henrique Mallmann, diz que já é possível notar uma mudança no comportamento dos detentos. "A autoestima deles melhorou, eles estão motivados com o projeto. Podem ajudar seus familiares e, de alguma maneira, sair pela rua e dizer que não deve mais nada", afirma. O próximo passo é convencer as vítimas a receber o dinheiro das mãos dos presos. Segundo o juiz, ainda há resistência.

10 MAI 2012

METRO

STF define regras para julgar mensalão

O STF (Supremo Tribunal Federal) definiu ontem as regras que serão adotadas durante o julgamento do caso do mensalão. O maior processo da Corte - 38 acusados e 50 mil páginas - segue sem data definida para começar.

Foi decidido que o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, responsável pela acusação, terá cinco horas para sustentar seus argumentos. O regimento do STF prevê que a acusação tem no máximo uma hora para se pronunciar.

De acordo com o relator da ação penal, ministro Joaquim Barbosa, o tempo

maior para a acusação é necessário. Para ele, só desta forma será possível assegurar "a igualdade de armas" entre defesa e acusação.

Segundo o ministro Celso de Mello, caso o regimento fosse seguido, cada um dos advogados dos 38 réus teriam uma hora para a apresentar a defesa. O procurador contaria com cerca de um minuto e meio para cada acusado.

Roberto Gurgel disse que o tempo dado é adequado, mas que mesmo assim ainda não será possível expor em detalhes seus argumentos.

A mudança foi criticada

pelo ministro Marco Aurélio. Segundo ele, a medida deveria ser feita na presença dos réus. Sobre o tempo para acusação, o ministro defendeu que o procurador tivesse o tempo adequado para a acusação, mas teve o voto vencido.

Além da mudança no tempo de acusação, também ficou decidido que o relatório de 122 páginas produzido pelo relator será apenas resumido em duas ou três páginas. A medida deve acelerar a realização do julgamento do crime, que corre riscos de prescrever.

MPF quer suspender pedágio na PR-151

O Ministério Público Federal impetrou na Justiça ação contra a concessionária Rodonorte e o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem para cobrar a duplicação da rodovia PR-151, entre Jaguariá e Castro, prevista no contrato de concessão. Liminarmente, o MPF pede que a cobrança do pedágio no trecho seja suspensa até que a obra seja feita e exige o início dos trabalhos em até 90 dias e sua conclusão em nove meses.

A Rodonorte e o DER informaram que não foram notificados da ação e por isso não iriam se manifestar. A assessoria de imprensa da Rodonorte lembrou que no seu cronograma de obras a duplicação da PR-151 foi substituída pelo desvio do trecho urbano da BR-277 em Campo Largo, onde há mais problemas de fluxo de tráfego e de segurança. Os 40 Km da PR-151 têm 32 Km com terceira faixa, diz a assessoria

METRO 10 MAI 2012

MP tenta provar que morte de Celso Daniel foi crime político

Após dez anos, começa hoje em Itapeverica da Serra, na Grande São Paulo, o julgamento de cinco pessoas acusadas pelo assassinato do então prefeito de Santo André, Celso Daniel (PT). Os cinco réus respondem por homicídio duplamente qualificado.

Para o promotor do caso, Márcio Augusto Friggi de Carvalho, Itamar Messias dos Santos Filho, Rodolfo Rodrigo dos Santos Oliveira, Elcyd Oliveira Brito, José Edilson da Silva e Ivan Rodrigues da Silva foram contratados para matar Celso Daniel. Segundo Friggi de Carvalho, as provas vão derrubar a tese da Polícia Civil, de que o crime foi sequestro comum.

"Tenho convicção de que foi um crime político, Celso Daniel não aceitou o fato de que parte do dinheiro desviado da prefeitura de Santo André para financiar a cam-

"O prefeito foi morto porque descobriu que o dinheiro desviado não ia só para o caixa 2 do PT."

MÁRCIO DE CARVALHO, PROMOTOR

panha eleitoral do PT ficasse nas mãos do grupo que fraudava licitações."

Celso Daniel foi sequestrado no dia 18 de janeiro de 2002 ao sair de um restaurante em São Paulo. Ele voltava para Santo André com o amigo Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, quando teve seu carro blindado cercado por dois veículos. Só o prefeito foi levado. Dois dias depois, o corpo foi encontrado em uma estrada de terra em Juquitiba com oito tiros e sinais de tortura. Daniel seria o coordenador da campanha que elegeu Lula presidente, em 2002.

Para o promotor, Sombra é o mandante do crime. Ele teria combinado pagar US\$ 40 mil (R\$ 78,5 mil) para os réus simularem o sequestro. O sexto participante do crime, Marcos Roberto Bispo dos Santos, foi condenado, em 2010, a 18 anos de prisão. Ele disse que escutas telefônicas vão comprovar as ligações entre Sombra e os réus.

Nesses dez anos, sete pessoas envolvidas no inquérito, entre testemunhas de defesa e acusação, foram mortas. Por isso, a promotoria classifica o caso como queima de arquivo. Carvalho espera que o resultado júri ajude a condenar Sombra. Beneficiado por um habeas corpus, ele deve ser julgado separadamente ainda este ano.

Júri deve durar 2 dias

O julgamento dos réus começa às 9h30 na Vara do Júri de Itapeverica da Serra, na Grande São Paulo. A expectativa da Promoto-

ria é de que a sentença só saia na noite de amanhã.

Se condenados pelo júri popular por homicídio duplamente qualificado, podem ficar até 30 anos na prisão, prazo máximo permitido pela legislação brasileira.

A votação para escolha dos sete integrantes do júri acontece antes do início da sessão, que será presidida pelo juiz Antonio Augusto Galvão de França

Hristov.

Os acusados estão presos, mas a defesa de Itamar Messias, conseguiu ontem um habeas corpus no STF (Supremo Tribunal Federal), o que possibilitará que ele não fique algemado. A Defesa convocou 13 testemunhas, entre elas dois policiais que participaram das investigações e concluíram que a morte de Daniel foi um crime comum.

10 MAI 2012

METRO

Polícia prende um suspeito por sumiço

Foi preso ontem, pela Polícia Militar, um homem de 40 anos suspeito de participar do sumiço da garota Stefani Vitória Rochinski, em Porto Amazonas, nos Campos Gerais. A identidade do homem não foi divulgada, mas a Justiça expediu um mandado de prisão contra ele. O suspeito mora na região onde a criança residia.

Stefani sumiu na última sexta-feira pela manhã, quando ia para a escola. Ontem uma equipe do Gost (Grupo de Operações de Socorro Tático), dos Bombeiros, fez diversas



buscas no Rio Iguaçu, perto da casa do suspeito. Até o final da tarde nada havia sido encontrado.